

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
3.4 - Política de destinação dos resultados	9
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	14
3.9 - Outras informações relevantes	15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	17
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	26
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	27
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	34
4.5 - Processos sigilosos relevantes	35
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	36
4.7 - Outras contingências relevantes	38
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	39

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	41
5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	43

Índice

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	44
5.4 - Outras informações relevantes	45
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	48
6.3 - Breve histórico	49
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	50
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	53
6.7 - Outras informações relevantes	54
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	55
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	63
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	64
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	65
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	66
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	68
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	69
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	70
7.9 - Outras informações relevantes	71
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	72
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	73
8.3 - Operações de reestruturação	75
8.4 - Outras informações relevantes	76
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	78
9.2 - Outras informações relevantes	79

Índice

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	80
10.2 - Resultado operacional e financeiro	99
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	101
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	102
10.5 - Políticas contábeis críticas	106
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	107
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	108
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	109
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	110
10.10 - Plano de negócios	111
10.11 - Outros fatores com influência relevante	112

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	114
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	115

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	116
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	119
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	121
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	122
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	123
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	125
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	128
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	129
12.12 - Outras informações relevantes	130

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	132
--	-----

Índice

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	133
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	135
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	136
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	137
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	138
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	139
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	140
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	141
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	142
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	143
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	144
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	145
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	146
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	147
13.16 - Outras informações relevantes	148

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	150
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	151
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	152
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	153

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária	155
15.3 - Distribuição de capital	183
15.4 - Organograma dos acionistas	184
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	185

Índice

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	186
15.7 - Outras informações relevantes	187
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	188
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	189
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	190
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	191
17.2 - Aumentos do capital social	192
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	195
17.5 - Outras informações relevantes	196
18. Valores mobiliários	
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	197
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	198
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	199
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	201
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	202
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	203
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	204
18.10 - Outras informações relevantes	205
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.4 - Outras informações relevantes	206
20. Política de negociação	

Índice

20.2 - Outras informações relevantes	207
--------------------------------------	-----

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	208
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	209
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	210
21.4 - Outras informações relevantes	213

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	215
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	216
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	217
22.4 - Outras informações relevantes	218

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Paulo Jorge Cerqueira Fernandes

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Sebastião Ricardo Carvalho Martins

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUD INDEP
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	19/02/2009 a 31/12/2009
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em IFRS.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$55.000,00
Justificativa da substituição	Decisão Administração - Proposta Comercial

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Helio Wellichen	19/02/2009 a 31/12/2009	838.978.288-04	Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, 5 andar, Fazenda Sao Quirino, Campinas, SP, Brasil, CEP 13091-611, Telefone (19) 37073000, Fax (19) 37073001, e-mail: hwellichen@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/01/2010
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em IFRS.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$92.242,40
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Alfredo Blanc	16/07/2010	964.173.908-53	Avenida Doutor Carlos Grimaldi, 1701, 3º andar 3A, Fazenda Sao Quirino, Campinas, SP, Brasil, CEP 13091-908, Telefone (19) 33220500, Fax (19) 33220559, e-mail: alfredo.blanc@br.ey.com

2.3. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	218.609.000,00	181.267.000,00
Ativo Total	808.010.000,00	713.947.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	172.412.000,00	84.576.000,00
Resultado Bruto	78.840.000,00	7.758.000,00
Resultado Líquido	-1.058.000,00	-3.911.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	22.357.847.595	185.178.476
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	9,780000	978,880000
Resultado Líquido por Ação	-0,050000	-21,120000

3.2. a) Medições não contábeis:

Cálculo do EBITDA	30.09.2011	31.12.2010	31.12.2009
EBITDA (em R\$ mil) (1)	77.374	73.116	6.528
Margem EBITDA (%)	31,91%	42,41%	7,72%
(1) O EBITDA corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.			

3.2. b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A tabela abaixo apresenta a demonstração do cálculo do EBITDA da Companhia, conforme as últimas demonstrações financeiras:

Cálculo do EBITDA	30.09.2011	31.12.2010	31.12.2009
Prejuízo Líquido do Período (em R\$ mil)	(11.201)	(1.058)	(3.911)
Tributos sobre os Prejuízos (em R\$ mil)	(5.018)	(409)	(1.470)
Despesas Financeiras líquidas das Receitas Financeiras (em R\$ mil)	80.773	64.770	7.656
Depreciações e Amortizações (em R\$ mil)	12.820	9.813	4.253
EBITDA (em R\$ mil) (1)	77.374	73.116	6.528
Margem EBITDA (%)	31,91%	42,41%	7,72%
(1) O EBITDA corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.			

3.2. c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações:

O EBITDA não é uma medida reconhecida de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, com as Normas Contábeis Internacionais - *International Financial Reporting Standards*, promulgadas pelo *International Accounting Standard Board*, ou os princípios contábeis geralmente adotados nos Estados Unidos, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras empresas. O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Nos negócios da Companhia, o EBITDA é utilizado como medida do desempenho operacional da Companhia. A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira, pois entende que o EBITDA consiste em um poderoso indicador de desempenho operacional, uma vez que reflete o potencial de geração de recursos decorrentes exclusivamente das operações principais da Companhia. Vale lembrar que são excluídos do EBITDA toda e qualquer despesa escritural (que não afeta o fluxo de caixa), ainda que operacional, como, por exemplo, a depreciação e amortização, que não representam saída de recursos do fluxo de caixa da Companhia.

3.2 - Medições não contábeis

O EBITDA engloba todos os componentes operacionais e desta forma, compreende grande parte das receitas auferidas e despesas incorridas, o que destaca a medida em relação ao Prejuízo Líquido na visualização do desempenho operacional da Companhia.

Em resumo, a Companhia entende que o EBITDA demonstra o potencial de geração de caixa da atividade operacional, pois indica quanto recurso é gerado pelos ativos operacionais.

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não há eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social.

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não há eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social.

3.4. Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício, deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para imposto de renda, a provisão para contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.

Apurado o lucro líquido do exercício, dele deduzir-se-ão inicialmente 5% para constituição de reserva legal, até esta alcançar 20% do capital social ou até que a soma desta e de outras reservas de capital atinja 30% do mesmo capital.

Em linha com a Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social da Companhia prevê que uma quantia, representativa do dividendo mínimo obrigatório, equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme estabelecido pela referida Lei deverá ser distribuído aos acionistas, a título de dividendo ou pagamento de juros sobre o capital próprio em cada ano. A destinação do saldo remanescente será objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar o balanço correspondente. Por último, o saldo que houver após o cumprimento do disposto acima terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral.

Além disso, o dividendo mínimo obrigatório estará limitado à porção do lucro líquido realizado. Adicionalmente, o montante de dividendos deve ser posteriormente acrescido da quantidade realizada da reserva de lucros a realizar. Os cálculos da Companhia relativos ao lucro líquido e alocações para reservas referentes a qualquer exercício social, bem como aos valores disponíveis para distribuição, são determinados com base em suas Demonstrações Financeiras (auditadas) preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Período	Exercício Social Encerrado em 31.12.2011	Exercício Social Encerrado em 31.12.2010	Exercício Social Encerrado em 31.12.2009
a. Regras sobre retenção de lucros	Do lucro líquido do exercício deduzir-se-ão inicialmente 5% para constituição de reserva legal, até esta alcançar 20% do capital social ou até que a soma desta e de outras reservas de capital atinja 30% do mesmo capital. A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Em função da Companhia não ter apresentado lucro líquido nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, não foram contabilizados valores a título de reserva legal ou retenção de lucros.		
b. Regras sobre distribuição de dividendos	A Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, em cada exercício social, no montante de, no mínimo, 25% do seu lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o seu Estatuto Social. Em função da Companhia não ter apresentado lucro líquido nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.		
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição dos dividendos da Companhia ocorrerá anualmente. De acordo com o Estatuto Social, desde que cumpridas as exigências do Contrato de Concessão, a Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá declarar dividendos intermediários baseado em balanços trimestrais ou em períodos menores, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de capital da Companhia. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.		
d. Restrições à distribuição de dividendos	As notas promissórias de terceira emissão (indicadas no item 10.1.(f)) deste Formulário de Referência) contém restrições quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso esteja inadimplente com relação à qualquer obrigação pecuniária devida. Por outro lado, o Contrato de Concessão não prevê restrições no que tange à distribuição de dividendos entre os acionistas ou o pagamento de participações aos administradores.	As notas promissórias de primeira emissão (indicadas no item 10.1.(f)) deste Formulário de Referência) contém restrições quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso esteja inadimplente com relação à qualquer obrigação pecuniária devida. Por outro lado, o Contrato de Concessão não prevê restrições no que tange à distribuição de dividendos entre os acionistas ou o pagamento de participações aos administradores.	O Contrato de Financiamento celebrado pela Companhia (indicado no item 10.1.(f)) contém restrições quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação pecuniária devida. Por outro lado, o Contrato de Concessão não prevê restrições no que tange à distribuição de dividendos entre os acionistas ou o pagamento de participações aos administradores.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:

Desde a nossa constituição, em 19 de fevereiro de 2009, não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2010	589.401.000,00	Índice de Endividamento	2,69000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2010)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	548.792.000,00	40.609.000,00	0,00	0,00	589.401.000,00
Total	548.792.000,00	40.609.000,00	0,00	0,00	589.401.000,00
Observação					

3.9. Outras informações relevantes:

A Companhia está em negociação com bancos para alongar o perfil da sua dívida, mediante a captação de novos recursos, por meio de operações nos mercados de capitais e financeiro, com perfil de longo prazo, com o objetivo de liquidar seu atual passivo de curto prazo.

3.9 - Outras informações relevantes

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:**a) Com relação à Companhia**

A perda de membros da alta administração da Companhia, ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre as suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços de sua alta administração. Nenhuma dessas pessoas está sujeita a contrato de trabalho de longo prazo e a sua alta administração não está sujeita a pacto de não concorrência. A maior parte dos membros da alta administração da Companhia a acompanha desde a sua fundação e possui ampla experiência no setor de rodovias. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo do seu crescimento.

A perda dos serviços de qualquer dos membros da alta administração da Companhia ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

As ações da Companhia encontram-se alienadas fiduciariamente

Em 02 de dezembro de 2011, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da emissão das Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão, no montante de R\$ 484,2 milhões. Dentre outras, foi oferecido como garantia a alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Companhia detidas pela CIBE, Ascendi e Leão & Leão (que posteriormente foi transferida à Ascendi), nos termos dos Contratos de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças, datados de 16 de dezembro de 2011.

Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos documentos referentes às Notas Promissórias Comerciais, os credores terão o direito de executar as garantias reais estabelecidas nos referidos instrumentos financeiros, resultando na transferência de tais ações, e ocasionando a consequente mudança do controle acionário da Companhia. Na ocorrência de qualquer mudança de controle acionário acima mencionado, a Companhia pode ser adversamente afetada em suas operações, resultados e situação financeira.

Parte significativa das receitas da Companhia é objeto de Cessão Fiduciária.

Ainda como garantia do pagamento das Notas Promissórias Comerciais acima mencionadas, a Companhia cedeu fiduciariamente a totalidade dos direitos creditórios provenientes da arrecadação das tarifas de pedágio realizada nas praças de pedágio da concessão rodoviária do Corredor Marechal Rondon Leste, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes do Contrato de Concessão e Outras Avenças, datado de 16 de dezembro de 2011.

Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos documentos referentes à emissão das Notas Promissórias Comerciais, os credores terão a faculdade de executar as garantias reais estabelecidas nos referidos instrumentos financeiros e a Companhia poderá perder a propriedade plena e a posse direta de tais direitos creditórios, hipótese em que a Companhia pode ser adversamente afetada em suas operações, resultados e situação financeira.

A Companhia possui curto histórico operacional, o que pode dificultar a avaliação de seus resultados operacionais e perspectivas futuras.

A Companhia foi constituída em 19 de fevereiro de 2009, tendo iniciado suas operações em abril de 2009, completando seu primeiro ano de atividades operacionais no início do 2º trimestre de 2010. Sendo assim, apresenta um histórico de resultados operacionais que pode ainda não representar adequadamente sua situação econômico-financeira, a partir dos quais os investidores poderão avaliar seu negócio atual e perspectivas futuras de maneira limitada.

Custos de construção e manutenção maiores do que o esperado podem afetar negativamente a condição financeira da

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Companhia e o seu resultado operacional.

A capacidade da Companhia (i) de concluir adequadamente as obras em andamento e futuros projetos exigidos pelo Contrato de Concessão; (ii) de obter custos adequados para a manutenção e conservação das rodovias; e (iii) de assumir projetos acessórios na Concessão está sujeita, dentre outros fatores, a flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados e interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis. Esses fatores podem significativamente aumentar os custos de construção da Companhia e, caso não haja repasse de tais custos a terceiros, o fluxo de caixa da Companhia poderá ser negativamente afetado e, conseqüentemente, sua condição econômico-financeira e seus resultados operacionais.

Gastos ou investimentos acima do esperado podem afetar os projetos da Companhia, operações e capacidade financeira.

A capacidade da Companhia de concluir adequadamente os projetos inacabados ou futuros projetos acessórios que possam ser exigidos pelos contratos de concessão, está sujeita, dentre outros fatores, ao custo de mão-de-obra e de matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados, negociações com o poder público e riscos políticos, bem como interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente os custos de implementação e construção de ativos da Companhia, caso não sejam repassados a terceiros, o que poderá afetar o fluxo de caixa da Companhia e, conseqüentemente, a sua condição financeira e resultados.

Nossas rodovias estão localizadas em algumas regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos.

Algumas das áreas por onde passam as nossas rodovias estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores, o que pode causar deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras e provocar a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em aumento de custos e diminuição de receita, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos à condição financeira da Companhia.

A Companhia é ré em processos judiciais e não pode garantir que as decisões nesses processos lhe serão favoráveis, ou que as classificações de seus advogados para fins de provisionamento sejam confirmadas. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso em sua condição financeira.

Para mais informações sobre os processos em que a Companhia é parte, veja o item 4.3. deste Formulário de Referência.

A indenização devida na hipótese de caducidade da concessão e reversão dos bens ao Poder Concedente, cujos créditos estão cedidos em favor dos detentores das Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão, pode ser insuficiente.

Em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da legislação aplicável, a Companhia está sujeita à caducidade da Concessão, ou seja, a Concessão poderá ser extinta por decreto do Poder Concedente e após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor das multas contratuais e dos danos pela concessionária.

Declarada a caducidade, o Poder Concedente não é responsável por quaisquer encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com os empregados da concessionária.

A rescisão unilateral antecipada do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do

4.1 - Descrição dos fatores de risco

valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.

Em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelo Contrato de Concessão, a Concessão está sujeita à rescisão unilateral antecipada, caso em que os ativos sujeitos à Concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão por caducidade, que é o caso de inadimplemento grave por parte da Companhia, conforme estabelecido no parágrafo 6º, do artigo 38, da Lei de Concessões, a indenização não precisará ser prévia e/ou englobar os lucros cessantes, podendo o valor ser reduzido a até zero, por meio de imposição de multas ou outras penalidades.

Além disso, tal processo de indenização demanda tempo e a Companhia não pode garantir que a indenização devida pelo Poder Concedente seja suficiente para compensar o lucro não auferido ou os investimentos não amortizados realizados durante o prazo da Concessão.

A Companhia pode ser afetada adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gerem tempestivamente um aumento de seu fluxo de caixa.

O mecanismo do equilíbrio econômico-financeiro, previsto no Contrato de Concessão, permite a busca por ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura dos respectivos instrumentos, que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga das concessões. O procedimento para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e estar sujeito a trâmites burocráticos impostos pelo poder concedente. Além disso, a Companhia não pode assegurar que o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro se concretize em termos satisfatórios. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, em tempo hábil, um aumento do fluxo de caixa da Companhia, ela pode ser afetada adversamente.

A Companhia não pode garantir se, e em que condições, a Concessão será renovada.

As atividades rodoviárias da Companhia são desenvolvidas nos termos do Contrato de Concessão. Devido ao grau de discricionariedade conferido ao Poder Concedente para renovação da Concessão, a Companhia não pode garantir que esta será renovada e se as condições de renovação serão em termos favoráveis para a Companhia. Caso a Companhia não consiga renová-la ou os termos de renovação sejam desfavoráveis, a Companhia pode sofrer um efeito adverso.

Nos termos do financiamento de curto-prazo obtido pela Companhia com a emissão das Notas Promissórias Comerciais da Terceira Emissão, ela está sujeita a obrigações específicas, bem como a restrições à sua capacidade de contrair dívidas adicionais.

Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia realizou a emissão de das Notas Promissórias Comerciais da Terceira Emissão em três séries, no valor total de R\$484,2 milhões, a qual exige o cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tal contrato, que não seja sanado ou renunciado por seus credores, poderá acarretar o vencimento antecipado das Notas Promissórias Comerciais da Terceira Emissão. Além disso, as Notas Promissórias Comerciais da Terceira Emissão emitidas pela Companhia impõem restrições à sua capacidade de contrair dívidas adicionais, de emitir valores mobiliários ou até mesmo de dar garantias a terceiros ou a novos financiamentos ou emissões. Dessa forma, caso ocorra qualquer evento de inadimplemento, o fluxo de caixa e as demais condições financeiras da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa. Para maiores informações sobre esta emissão, veja o item 18.5 deste Formulário de Referência.

Dificuldades na obtenção de novos financiamentos poderão ter um efeito adverso nas operações da Companhia e no desenvolvimento de seu negócio.

No decorrer dos próximos 5 anos a estimativa dos investimentos a serem realizados pela Companhia, em cumprimento ao Contrato de Concessão, é de aproximadamente R\$ 358 milhões, em termos reais, sendo que os custos efetivos podem variar significativamente conforme a evolução do mercado, da inflação e outros fatores.

Além disso, o Contrato de Concessão determina metas que a Companhia precisa atingir no prazo da Concessão e o volume de recursos que a Companhia deve investir durante este período.

O objetivo da Companhia é financiar seu programa de investimentos dos 12 primeiros anos da Concessão por meio da geração de caixa próprio e da contratação de financiamentos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode assegurar que será capaz de obter recursos suficientes para completar seu programa de investimento ou para satisfazer suas demais obrigações de liquidez e recursos de capital. Em especial, a Companhia não pode assegurar que conseguirá obter um financiamento de longo prazo junto ao BNDES, ou que conseguirá obter recursos suficientes por meio de emissão de debêntures ou estruturação de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC").

A dificuldade na obtenção de recursos necessários poderá adiar ou impedir que complete seu programa de investimento e outros projetos, o que poderá ter um efeito adverso em suas operações e no desenvolvimento de seu negócio, podendo gerar, inclusive a caducidade da Concessão por determinação do Poder Concedente.

Uma vez que parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos, esses bens não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

Uma parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos. Esses bens não estarão disponíveis em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente, de acordo com os termos da sua Concessão e com a legislação. Essa limitação pode reduzir significativamente os valores disponíveis aos seus credores em caso de falência, além de poder ter um efeito negativo em sua capacidade de obter financiamentos.

b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Nenhum risco detectado.

c) Com relação aos seus acionistas

Nenhum risco detectado.

d) Com relação às suas controladas e coligadas

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

e) Com relação a seus fornecedores

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O fornecimento e manutenção dos equipamentos, a conclusão dos projetos dentro do cronograma e a qualidade da mão-de-obra em empreendimentos da Companhia dependem de certos fatores que estão além do seu controle.

O prazo e a qualidade dos empreendimentos dos quais a Companhia participa dependem certas vezes de fatores que estão fora do seu controle, incluindo, mas não se limitando, ao fornecimento pontual e a correta manutenção de equipamentos, a qualidade e tempestividade da entrega do material de construção para obras e a capacitação técnica dos profissionais e colaboradores terceirizados.

Eventuais falhas, atrasos ou defeitos na prestação dos serviços pelos fornecedores contratados podem ter um efeito negativo na imagem da Companhia e no relacionamento com seus clientes, podendo impactar negativamente nos seus negócios e operações.

Adicionalmente, a Companhia poderá incorrer em custos tanto na incorporação quanto na construção de um empreendimento que ultrapasse suas estimativas originais em razão de aumentos de preço para aquisição ou manutenção de equipamentos, custos de materiais, de mão-de-obra ou quaisquer outros custos, caso não seja possível repassar esses aumentos de custos a terceiros.

A Companhia está exposta a riscos relacionados à terceirização de parte de suas atividades.

Atualmente a Companhia terceiriza certas atividades, podendo responder, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos previdenciários, fiscais ou trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, o resultado da Companhia poderá ser impactado adversamente.

f) Com relação a seus clientes

Dependemos em grande parte do volume de tráfego de carros em nossas rodovias e da receita de nossos pedágios.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, 62% de nossa receita operacional bruta foi oriunda de nossas praças de pedágios, as quais são influenciadas diretamente por alterações no volume de tráfego em nossas rodovias e aumentos de preço. O tráfego nas rodovias está condicionado a diversos fatores, tais como qualidade das rodovias, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas fora de nossa malha viária, preços dos combustíveis, normas ambientais, concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, socioculturais e climáticos.

Adicionalmente, fator importante do tráfego em rodovias é o tráfego de veículos-equivalentes pesados, incluindo caminhões e ônibus. Essa parcela de tráfego de veículos pode ser afetada por mudanças na economia e pela disponibilidade de modais alternativos. Picos sazonais de tráfego, no inverno e no verão, podem variar significativamente dependendo do clima e as condições do mercado turístico. Não podemos garantir que seremos capazes de adaptar nossas operações em caso de mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode impactar adversamente nossos negócios e condição financeira.

A redução no tráfego de veículos em decorrência de mudanças adversas nas condições econômicas, no aumento do preço dos combustíveis e nas condições climáticas, afetaria adversamente os negócios da Companhia e, por consequência da própria Companhia, sua condição econômico-financeira e seus resultados operacionais.

Os negócios da Companhia dependem do número de veículos leves e pesados que trafegam em suas rodovias e da frequência com que eles por ali circulam. A redução do tráfego pode decorrer da desaceleração da atividade econômica, da diminuição da produção industrial, do declínio na produção agrária, da inflação, do aumento das taxas de juros praticadas no mercado nacional, bem como do aumento do preço dos combustíveis e de condições climáticas desfavoráveis, ou outros fatores diversos. Ressalte-se, também, que tal efeito pode estar diretamente relacionado às circunstâncias pessoais dos usuários das rodovias ou indiretamente relacionado a uma redução do comércio em geral, levando ao uso reduzido de veículos comerciais. O nível de tráfego em uma determinada rodovia também é influenciado por sua integração com outras partes dos sistemas de rodovias federal e estadual, bem como com outras malhas rodoviárias que não estão sob a administração ou controle da Companhia. A redução do tráfego, por quaisquer dos motivos acima mencionados afetaria adversamente os negócios da Companhia, a sua condição financeira e os seus resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.

Com pouco mais de dez anos, a prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil. Antes da implementação dos programas de concessão de rodovias, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde então, a cobrança das tarifas tem aumentado e provavelmente continuará a levantar reações negativas dos usuários, especialmente dos caminhoneiros, que no início da década organizaram protestos e bloquearam estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários de pagar pedágio.

Ainda que os reajustes de tarifa sejam estabelecidos pelos contratos de concessão, esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às tarifas de pedágio da Companhia, como também podem reduzir a receita dispersando o tráfego de vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

g) Com relação aos setores de atuação

Negócios da Companhia podem ter sua condição financeira e resultados operacionais afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude de aumento de encargos e/ou redução de tarifas, não gerem tempestivamente um aumento do nosso fluxo de caixa.

Em caso de: (i) modificação unilateral do contrato de concessão pelo Poder Concedente; (ii) caso fortuito ou força maior, nos termos do Contrato de Concessão; (iii) ocorrência de eventos excepcionais causadores de significativas alterações nos mercados financeiro e cambial, que resultem em alterações substanciais nas projeções financeiras adotadas pela concessionária; ou (iv) alterações normativas de caráter específico, que tenham impacto significativo e direto sobre as receitas de pedágio ou sobre os custos relacionados aos serviços vinculados à exploração da Concessão ou ajustes no Contrato de Concessão, devemos confiar num mecanismo previsto no Contrato de Concessão, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo permite que tanto a Companhia quanto o Poder Concedente possam buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura do Contrato de Concessão, que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da Concessão. Tais ajustes podem resultar na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajuste no cronograma de investimentos, extensão do prazo da Concessão, utilização do ônus fixo, emprego de verbas do tesouro, ou a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente, que costuma ser bastante criterioso ao analisar tal pleito. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro por meio de alteração do prazo da Concessão, redução de investimentos futuros, aumento de valor nominal de tarifas, compensação direta por parte do Poder Concedente ou ainda a combinação destas alternativas, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Aumento na concorrência nos setores de atuação da Companhia poderá reduzir as receitas e a participação no mercado.

Nossos principais concorrentes são as rodovias sob administração direta do governo federal, dos governos estaduais e municipais, bem como outras sociedades ou grupos privados atuantes neste setor.

Com relação às rodovias administradas diretamente pelos governos federal, estaduais e municipais, verificamos que muitas delas não cobram pedágio e, dessa maneira, desviam parte do tráfego das rodovias que operamos. Por outro lado, a concorrência privada no setor de operação de rodovias por concessão tende a elevar as despesas realizadas pelas empresas concessionárias, como forma de tornar as rodovias mais atrativas aos usuários, diminuindo as margens praticadas.

A intensificação da concorrência, por parte do setor público ou do setor privado, poderá resultar na diminuição do número de veículos em nossas rodovias ou de nossas margens, impactando nosso resultado de forma adversa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossas atividades estão concentradas na operação de rodovias no Estado de São Paulo e quaisquer mudanças que afetem a política governamental das rodovias nesse Estado poderão nos afetar significativamente.

Nossas atividades localizam-se no Estado de São Paulo, com a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste. Nosso Contrato de Concessão foi celebrado com o governo do Estado de São Paulo, cabendo à ARTESP a fiscalização e a regulamentação das atividades concedidas. Como consequência, qualquer medida tomada ou quaisquer regras mais rígidas implementadas por tal agência governamental ou pelo Estado poderão afetar adversamente as nossas atividades e, conseqüentemente, o nosso resultado operacional. Não podemos assegurar o êxito das negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de tais ações governamentais.

Crises econômicas ou aumento do preço dos combustíveis podem causar redução no tráfego de veículos, impactando adversamente os nossos negócios condição econômico-financeira e resultado operacional.

Nossos negócios dependem principalmente do número de veículos comerciais e de passeio que trafegam nas nossas rodovias e da frequência com que circulam. O número de veículos comerciais e de passeio pode ser diretamente afetado por crises econômicas, redução da atividade econômica ou aumento do preço dos combustíveis. A redução do tráfego em decorrência dos fatores acima mencionados pode afetar adversamente os nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Efeitos da retração no nível da atividade econômica.

O volume de tráfego nas rodovias e a frequência dos veículos que nelas circulam normalmente tem correlação direta com o desempenho da economia nacional. Uma eventual redução do volume de investimentos estrangeiros no Brasil poderá ter impacto no balanço de pagamentos, o que poderá forçar o governo federal a ter maior necessidade de captações de recursos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, a taxas de juros mais elevadas. Igualmente, eventual elevação significativa nos índices de inflação brasileiros e eventual desaceleração da economia americana podem trazer impacto negativo para a economia brasileira.

Eventual retração no nível de atividade da economia brasileira, ocasionada seja por crises internas ou crises externas, pode acarretar diminuição da circulação de veículos nas rodovias, afetando direta e negativamente os nossos resultados.

h) Com relação à regulação do setor de atuação

A discricionariedade do Poder Concedente pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

A atividade da Companhia de exploração de sistema rodoviário é objeto de contrato de concessão firmado com o Poder Concedente, e dessa forma, a Companhia está sujeita a um ambiente altamente regulado. O Contrato de Concessão é contrato administrativo regido pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões. Caso sejam necessários investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista no contrato, como resultado de alterações unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte do Poder Concedente, a condição financeira e os resultados operacionais podem ser afetados adversamente. Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar a capacidade de atender a todos os requisitos exigidos pela regulamentação alterada e os resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa.

A regulamentação governamental afeta as operações e podem aumentar o custo do negócio, restringir as operações e resultar em atrasos operacionais.

Nossas operações estão sujeitas a leis e normas que regem a relação de trabalho, saúde e segurança do trabalhador, saúde ocupacional, contratação, descarte de resíduos, proteção ao meio ambiente, transporte de substâncias perigosas e outras questões. É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos ou mudanças na execução ou interpretação resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis à Companhia, o que poderia ter impacto negativo significativo sobre seus negócios, resultados operacionais ou sua situação financeira. Quando exigida, a obtenção de alvarás e licenças necessárias para continuidade das operações pode significar um

4.1 - Descrição dos fatores de risco

processo complexo e demorado e não há como garantir qualquer alvará, permissão, licença ou autorização necessária será obtida e, quando obtido, se mediante condições aceitáveis ou em momento oportuno. Os custos e atrasos associados à obtenção dos alvarás e licenças poderiam interromper e atrasar significativamente ou até restringir algumas das nossas operações.

O descumprimento das leis, normas, alvarás ou licenças aplicáveis às operações da Companhia, mesmo que inadvertidamente, poderá resultar na interrupção ou término de determinadas operações, multas, penalidades ou outras obrigações significativas que poderiam ter um efeito significativo adverso sobre os negócios da Companhia, os resultados operacionais ou a situação financeira.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

As operações da Companhia estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas pela inobservância destas normas. As rodovias da Companhia não contam com licenças ambientais válidas, estando em processo de regularização. Assim, estão sujeitas a sanções que podem incluir, entre outras, a imposição de multas no valor de R\$500,00 a R\$50 milhões, e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das nossas atividades. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem nos forçar a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras da Companhia e sobre os seus resultados.

Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para as atividades da Companhia, pode implicar a imposição de sanções penais, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, inviabilizar nossas captações de recursos junto ao mercado financeiro. As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a manutenção das atividades da Companhia. As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou no impacto ambiental das atividades da Companhia, assim como a incapacidade de obter as licenças ambientais necessárias, pode exigir que a Companhia incorra em custos adicionais significativos, que podem acarretar um efeito adverso relevante aos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita à regulamentação ambiental, de saúde e segurança abrangentes, podendo ser responsabilizada pela reparação de danos ao meio ambiente e terceiros ou tendo de arcar com custos para cumprimento de exigências ambientais, de saúde e segurança.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais brasileiros de proteção ambiental, saúde e segurança. A Companhia é também obrigada a obter licenças de autoridades governamentais para determinadas atividades que desenvolvemos. Tais leis, regulamentos e licenças podem exigir que sejam realizados investimentos significativos e/ou que se adotem mudanças operacionais, a fim de limitar danos efetivos ou potenciais sobre o meio ambiente e/ou a saúde de nossos empregados. A violação dessas leis, regulamentos ou licenças poderia acarretar multas, sanções penais, revogações de licenças operacionais, além da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente e terceiros.

A Companhia pode não ser capaz de efetuar desembolsos de recursos suficientes para assegurar o cumprimento das leis e regulamentos ambientais. Além disso, se a regulamentação ambiental se tornar mais rigorosa, os valores e épocas de gastos ambientais futuros poderão variar substancialmente em relação às atuais previsões. De acordo com determinadas leis ambientais, a Companhia poderá ser responsabilizada objetivamente por todos os custos relacionados a qualquer tipo de contaminação ocorrida em nossas instalações atuais e antigas e às de nossas antecessoras, bem como nas unidades de descarte de resíduos de terceiros. A Companhia não pode assegurar que os gastos para cumprimento das atuais e futuras leis e regulamentos ambientais, de saúde e segurança, e responsabilidades decorrentes de emissões ou exposições a substâncias perigosas, futuras ou pregressas, não prejudicarão suas atividades, resultados operacionais ou situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

i) Com relação a países estrangeiros

Não aplicável.

4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes:

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Por não possuir contratos com derivativos em moeda estrangeira (hedge cambial) não é necessária proteção para risco cambial.

A Companhia não identifica, na presente data, qualquer cenário real de aumento ou redução dos riscos mencionados acima.

Porém, por conservadorismo, a Companhia elabora sensibilidades sobre possíveis flutuações das taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, pode vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos, instrumento este normalmente não utilizado pela administração face aos riscos inerentes.

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:

I) Processos Cíveis

Companhia

Ações em que a Companhia figura como Autora

Ação Declaratória nº 583.00.2010.214185-8	
Juízo	27ª Vara Cível do Forum Central de São Paulo/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	14 de dezembro de 2010
Partes no processo	Autora: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Ré: Telecomunicações de São Paulo S. A - Telesp
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais)
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de ação declaratória ajuizada pela Autora visando a declaração de exigibilidade de remuneração, pela Ré, pela utilização de faixas de domínio nas rodovias de administração da Autora. Ademais, a Autora busca a condenação da Ré ao pagamento de valores retroativos devido à utilização das faixas de domínio desde o início da concessão. Andamento processual: Em audiência de conciliação realizada em 03 de maio de 2011, foi determinada a suspensão do processo por 30 dias para tratativas de acordo. No entanto, em 01 de junho de 2011, a Autora entrou com pedido para retomada do processo. Em 09 de junho de 2011, foi proferido despacho negando a conexão requerida pela Ré com o processo que tramita perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Em 04 de julho de 2011, a Ré interpôs agravo retido contra tal despacho, e em 05 de julho de 2011, a Autora foi intimada a se manifestar a respeito de tal agravo retido. Último posicionamento: Em 26 de outubro de 2011 os autos foram retirados em carga com o perito (fase de análise pelo perito judicial – honorários periciais no valor de R\$150.000,00).
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Autora não será remunerada pela utilização, pela Ré, de suas faixas de domínio, o que poderá afetar o seu resultado operacional.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Ações em que a Companhia figura como Ré

Ação Civil Pública com Pedido de Liminar nº 2009.003.617-1	
Juízo	Vara Cível de Conchas/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	17 de novembro de 2009
Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réus: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. e outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000,00 (dez mil Reais)
Principais fatos	<p>Principais fatos: Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Autor objetivando que a Ré se abstenha de cobrar as tarifas de pedágio nas praças localizadas no Corredor Marechal Rondon Leste.</p> <p>Andamento processual: Em 18 de novembro de 2009, foi deferida a liminar que suspendia a cobrança de pedágio nas praças localizadas no Corredor Marechal Rondon Leste. Contra essa decisão, a Ré interpôs agravo de instrumento em 23 de novembro de 2009, que recebeu provimento em 24 de março de 2010. Após ter suas preliminares rejeitadas por meio de decisão proferida em 20 de julho de 2010, a Ré interpôs agravo de instrumento, que teve provimento em 15 de dezembro de 2010. Em 12 de janeiro de 2011 foi proferido despacho para aguardar o trânsito em julgado do acórdão. Em 15 de junho de 2011 foi disponibilizado no site do DOJ despacho determinando a remessa dos autos para a Comarca de São Paulo. Em 19 de julho de 2011 os autos foram distribuídos para a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo. Em 18 de outubro de 2011 os autos foram remetidos à conclusão. Em 25 de outubro de 2011 despacho no DOJ intimando as partes a especificarem as provas que pretendem produzir. Último Posicionamento: Em 03 de novembro de 2011 foi protocolizada petição da concessionária informando que não tem interesse na produção de novas provas, e requerendo abertura de prazo para alegações finais, nada mais desde então.</p>
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Ré terá que se abster de cobrar pedágio nas praças localizadas no Corredor Marechal Rondon Leste, o que poderá afetar negativamente as suas receitas.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Ação Popular nº 2009.003.361-0	
Juízo	Vara Cível de Conchas/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	27 de outubro de 2009
Partes no processo	Autor: Márcio Cleber Trevisano Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000,00 (um mil Reais)
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de ação popular ajuizada pelo Autor objetivando proibir a cobrança de pedágio para motocicletas na praça de pedágio localizada em Conchas/SP. Andamento processual: A Ré foi citada para apresentar contestação a presente ação em 07 de outubro de 2010, e ofereceu contestação em 21 de fevereiro de 2011. O Autor, então, ofereceu réplica em 20 de abril de 2011. Em 22 de junho de 2011, os autos foram remetidos para conclusão.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Ré terá que se abster de cobrar pedágio de motocicletas na praça localizada em Conchas/SP, o que poderá afetar negativamente as suas receitas.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Ação Civil Pública com pedido de liminar nº 2010.000.232-9	
Juízo	2ª Vara Cível de Conchas/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	16 de dezembro de 2009
Partes no processo	Autor: Sindicato Rural de Monte Mor Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A. e outros.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000,00 (dez mil Reais)
Principais fatos	<p>Principais fatos: Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Autor objetivando declaração de ilegalidade e inconstitucionalidade da cobrança de pedágio na Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, e que, liminarmente, seja suspensa a cobrança de pedágio aos habitantes de Monte Mor/SP.</p> <p>Andamento processual: Em 15 de janeiro de 2010, o autos da presente ação foram remetidos à Comarca de Conchas/SP. Contra essa decisão, o Autor interpôs agravo de instrumento em 11 de fevereiro de 2010, que se encontram conclusos para julgamento. Último posicionamento em 06 de junho de 2011: Foi interposto Agravo de Instrumento, aguardando o julgamento do recurso de agravo. Em 10 de junho de 2011 os autos foram remetidos ao Procurador do Estado, nada mais desde então.</p> <p>Já no que diz respeito ao Agravo interposto pela concessionária: em 07 de fevereiro de 2011 foi negado provimento ao recurso do Sindicato Rural de Monte Mor. Em 17 de fevereiro de 2012 os autos foram remetidos para a Procuradoria Geral de Justiça. Em 28 de fevereiro de 2012 os autos retornaram da Procuradoria Geral da Justiça. Nada mais desde então.</p>
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Ré terá que se abster de cobrar pedágio na Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, o que poderá afetar negativamente as suas receitas.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Ação Indenizatória nº 089.01.2009.010991-4/000000-000	
Juízo	1ª Vara Cível de Botucatu/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	09 de dezembro de 2010 (data da citação)
Partes no processo	Autor: Francisco Tadeu Novaes Júnior Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 537.540,00 (quinhentos e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta Reais)
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de ação ajuizada pelo Autor objetivando indenização por danos morais, c.c pensão mensal e danos morais, devido a acidente de veículo ocorrido com a genitora do autor, a qual veio a falecer, devido a acidente ocorrido no dia 04/05/2009 de aquaplanagem na pista. Andamento processual: Apresentado no prazo legal a contestação por parte da concessionária. Último posicionamento em fevereiro de 2012: Aguardando oitiva das testemunhas (fase instrutória).
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Ação Indenizatória nº 576.01.2010.062382-1/000000-000	
Juízo	4ª Vara Cível de São José do Rio Preto
Instância	Primeira
Data de instauração	10/12/2010 (ajuizamento pela parte)
Partes no processo	Autor: Marcela das Graças Rosolem Teixeira e outro Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais)
Principais fatos	Principais fatos: Os autores são respectivamente: esposa e filho do falecido policial militar Osmar Bernardo Teixeira Filho, que no dia 22.06.2010 as 2h46m, deslocava-se na companhia do PM Adilson Rodrigues Mafei da cidade de São José do Rio Preto para a cidade de Salto, onde ambos trabalhavam, quando ao parar na praça de pedágio localizada na Rodovia SP-308 km 109, Elias Fausto – SP, perdeu a vida, ao ser vítima de disparos de arma de fogo deferido por assaltantes. Pleiteia dano moral pela perda do ente, bem como, pensão alimentícia à esposa e ao filho. Andamento processual: aguardando instrução dos autos.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a ré terá que pagar a indenização solicitada e pensão mensal, sendo estes valores a critério do juiz.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Ação de Cobrança nº 629.01.2010.002.824-0	
Juízo	2ª Vara Judicial de Tietê/SP
Instância	Primeira
Data de instauração	29 de julho de 2010
Partes no processo	Autora: LMA Construtora Ltda. Ré: Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 859.857,04 (oitocentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete Reais e quatro centavos)
Principais fatos	<p>Principais fatos: Trata-se de ação de cobrança ajuizada pela Autora objetivando a cobrança de suposto saldo decorrente de contrato de empreitada firmado entre as partes.</p> <p>Andamento processual: Em 29 de setembro de 2010, a Ré ofereceu contestação e reconvenção, requerendo, nesta, que a Autora seja condenada ao pagamento do valor de R\$ 951.443,74 (novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e quatro centavos), correspondente às multas devidas em função do atraso nas obras de construção das praças de pedágio de Anhembi/SP e Areiópolis/SP. Em 28 de dezembro de 2010, a Autora ofereceu réplica e, em 04 de fevereiro de 2011, a Ré ofereceu tréplica. Em 06 de maio de 2011, foi proferido despacho convocando as Partes para audiência de conciliação, a ser realizada em 13 de setembro de 2011 a qual restou-se infrutífera. Últimos posicionamentos: 17 de outubro de 2011 foi juntada petição protocolizada pela concessionária requerendo a juntada de comprovante de depósito de honorários periciais. Em 26 de outubro de 2011 foi realizada carga pelo perito. Em 09 de dezembro de 2011 os autos foram remetidos à conclusão para despacho. Nada mais desde então.</p> <p>*** Em 29 de setembro de 2010 a concessionária reconviu para requerer que a Empresa LMA seja condenada ao pagamento do valor de R\$951.443,74 referente às multas devidas em função do atraso nas obras de construção das praças de pedágio de Anhembi e Areiópolis.</p>
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Ré será obrigada a realizar o pagamento requerido pela Autora, o que poderá afetar negativamente as suas receitas.
Valor provisionado, se houver.	Não tem.

4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas são parte e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas:

A Companhia não é parte de quaisquer processos judiciais, administrativos e arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia.

4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:

Não há processos sigilosos.

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios:

Ações Indenizatórias – Acidentes Automobilísticos

A Companhia é parte em 52 ações indenizatórias em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que operam, totalizando R\$ 2.780 mil (já inclusos neste valor os dois processos relacionados no item 4.3, sendo os autores das ações: Francisco Tadeu Novaes (valor: R\$537 mil) e Marcela das Graças Rosolem Teixeira (valor: R\$ 480 mil), sendo estes valores desmembrados em:

- I) Possíveis: R\$ 1.380 mil;
- II) Prováveis: R\$ 1.345 mil;
- III) Remotos: R\$ 54.mil;

Utilização de Infraestrutura – Faixas de Domínio e Ações de Obrigação de Fazer e não fazer

A Companhia é parte (autora) em 3 ações que discutem valores a serem pagos por terceiros a elas como contraprestação pela utilização das faixas de domínio (e infraestrutura relacionada), bem como ações de obrigação de fazer e não fazer relativas às rodovias que estão sob sua administração, totalizando R\$ 40 mil (valores somente para títulos de alçada, sendo devidamente calculados por peritos e o valor da indenização definida pelo juiz), para as quais as provisões são possíveis.

A companhia figura como ré em 09 ações referentes ao uso pela faixa de domínio e de ações de isenção de cobrança de pedágio pelos autores, os quais possuem imóveis lindeiros às rodovias pedagiadas sob concessão da companhia, possuindo valor estimado de R\$133 mil, sendo desmembrado este valor:

- I) Possíveis: R\$92 mil;
- II) Remotos: R\$41 mil.

Desapropriação

A Companhia é parte em 38 ações referentes à desapropriação de imóveis em áreas comuns às rodovias que estão sob sua administração, totalizando R\$ 8.706 mil (ofertas iniciais estimadas pela concessionária), para as quais não existem provisões, sendo este valor desmembrado em:

- I) Construções de Praças de Pedágios: R\$229 mil (valores estimados pela concessionária);
- II) Contorno de Piracicaba: R\$7.242 mil (valores estimados pela concessionária), já os peritos judiciais estimaram o valor de R\$48.950 mil, porém tais valores estão sendo discutidos judicialmente.
- III) Duplicação SP-101 – 1º Trecho: R\$1.007 mil (valor estimado pela concessionária);
- IV) PGF: R\$35 mil (valor estimado pela concessionária);
- V) SP-308 km 141+410m: R\$91 mil (valor estimado pela concessionária);
- VI) SP-308 km 127+730m ao 141+410m: R\$101 mil (valor estimado pela concessionária).

Reclamações Trabalhistas – Verbas Trabalhistas

A Companhia é parte em 45 reclamações trabalhistas, dentre este número possuem ações diretas e indiretas (de empresas terceirizadas), em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais. Tais reclamações trabalhistas totalizam R\$ 930 mil, sendo esses valores desmembrados em:

- I) Possíveis: R\$421 mil;
- II) Prováveis: R\$167mil;

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

III) Remota: R\$341mil;

4.7. Outras contingências relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.8. Informações sobre as regras do país de origem de emissor estrangeiro e regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados:

Não aplicável, pois a Companhia é nacional, com sede no Brasil.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:**A inflação e os esforços do Governo Federal de controle à inflação poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades, capacidade de pagamento da Companhia.**

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos anos anteriores. A taxa anual de inflação medida pelo Índice Geral de Preços Mercado ("IGP-M"), caiu de 20,1%, em 1999, para deflação de 1,7% em 2009, tornando a subir para 11,32% em 2010 e, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") foi de 5,9%, e 4,3% e 5,9% e 6,5% em 2008, 2009, 2010 e 2011 respectivamente.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, a taxa de juros básica no Brasil para os anos de, 2008, 2009, 2010 e 2011 foram de 13,75%, 8,75%, 10,75% e 11% por ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária ("COPOM").

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear o aumento da inflação.

Na hipótese de o Brasil sofrer aumento de inflação no futuro, o Governo Federal poderá optar por elevar as taxas de juros oficiais. A alta na taxa de juros pode ter um efeito adverso nas atividades, e capacidade de pagamento da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos de taxas de juros, uma vez que parte significativa de suas obrigações financeiras está indexada a taxas flutuantes.

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que a maior parte de suas obrigações financeiras está atrelada a taxas flutuantes (CDI). O saldo contábil da dívida da Companhia indexada ao CDI em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 449 Milhões e em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 481 Milhões. Caso o Governo Federal venha a aumentar as taxas de juros, em especial a SELIC, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento das taxas de juros, os encargos que a Companhia paga em suas dívidas aumentará, afetando adversamente sua condição econômico-financeira.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e os resultados operacionais da Companhia.

A moeda brasileira sofreu desvalorizações frequentes e significativas em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. A título de exemplo, o Real desvalorizou 52,3%, 18,7% e 9,3% frente ao Dólar em 2002, 2001 e 2000, respectivamente.

Nos anos 2005, 2006 e 2007, o Real se valorizou 12,3%, 8,5% e 17,0%, respectivamente, com relação ao Dólar. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 31,9% frente ao Dólar, fechando em R\$2,33 por US\$1,00 em 31 de dezembro. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, observou-se a valorização de 25,6% da moeda brasileira frente ao Dólar no exercício. Em 2010, o Real valorizou-se em aproximadamente 5% em relação ao Dólar, sendo que, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1,66 por US\$1,00. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar novamente.

As desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros internas, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo.

A instabilidade política pode prejudicar o resultado operacional da Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

As incertezas e especulações sobre as medidas do novo Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os negócios e/ou resultados operacionais da Companhia.

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, incluindo objetivos, estratégias e instrumentos:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício social:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

5.4. Outras informações relevantes:

A Companhia atua no mercado brasileiro estando sujeita, portanto, às condições econômicas e riscos relacionados ao Brasil.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderá vir a causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia brasileira e, ocasionalmente, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação e implementar suas políticas macroeconômicas frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, bloqueio de contas correntes, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevêê-las. Os negócios da Companhia, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem determinados fatores, tais como:

- taxas de juros;
- políticas cambiais;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- alteração das normas trabalhistas;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política; e
- outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção de medidas pelo Governo Federal nas políticas e normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiros. Como resultado, estas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades, a condição econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Alterações nas leis tributárias brasileiras poderão impactar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus usuários. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e/ou previstos.

Caso não haja o repasse desses tributos adicionais às tarifas da Companhia em valores suficientes e em prazo hábil, o aumento das obrigações fiscais da Companhia pode afetar adversamente o seu resultado operacional e sua condição econômico-financeira.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos desses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou crises nas políticas econômicas de outros países, em especial as dos Estados Unidos e países da União Europeia, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de

5.4 - Outras informações relevantes

companhias brasileiras, incluindo aqueles de emissão da Companhia. Isso poderia dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Quaisquer desses acontecimentos poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países emergentes resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil.

A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

5.4 - Outras informações relevantes

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	19/02/2009
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações de capital fechado
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	09/02/2012

6.3. Breve histórico da Companhia:

Em 29 de outubro de 2008, o Consórcio Brasinfra (“Consórcio”), formado pelas empresas CIBE Rodovias, Ascendi e Leão & Leão, participou do leilão da Segunda Etapa do Programa de Concessão de Rodovias do Estado de São Paulo (“Leilão”), e obteve o direito de exploração do Corredor Marechal Rondon Leste pelo prazo de 30 anos (“Projeto”).

No Leilão o Governo do Estado de São Paulo (“Governo”) concedeu à iniciativa privada 5 (cinco) corredores rodoviários:

Lote	Extensão (km)	Vicinais (km)	Investimentos			Desconto Vencedor (%)
			Capex 30 anos (R\$ milhões)	Outorga fixa (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)	
Dom Pedro I	297	81,4	2.410	1.342	3.752	6,02
Ayrton Senna/Carvalho Pinto	142	-	903	594	1.497	45,42
Raposo Tavares	444	389,8	1.803	634	2.437	16,11
Marechal Rondon Leste	415	201,8	1.612	517	2.129	13,10
Marechal Rondon Oeste	417	243,8	1.312	411	1.723	40,60
Total	1.715	916,8	8.040	3.498	11.538	

O Consórcio se sagrou vencedor do Leilão do Corredor Marechal Rondon Leste, apresentando um desconto sobre a tarifa quilométrica máxima de 13,10%.

A Companhia foi constituída em 19 de fevereiro de 2009, tendo iniciado suas operações em 23 de abril de 2009, data em que foi celebrado o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária nº 004/ARTESP/2009 com o Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Marechal Rondon Leste, correspondente ao Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. A Companhia possui prazo de duração indeterminado, perdurando, no entanto, enquanto vigorar o Contrato de Concessão, ou seja, 30 anos contados da data de celebração deste. A Companhia tem como acionistas a CIBE, a Ascendi e seus 12 (doze) membros do Conselho de Administração (titulares e suplentes), detentores de 12 (doze) ações, possuindo a CIBE 50% do capital social total da Companhia, sendo o mesmo percentual da Ascendi.

A Companhia tem por objetivo, exclusivamente, a exploração, sob o regime de concessão onerosa, do sistema rodoviário definido por Corredor Marechal Rondon Leste, constituído por trecho da Rodovia SP-300 e acessos, totalizando 415 km, correspondente ao Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, que correspondem a, aproximadamente, 2,7 % da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no país, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (“ABCR”). Tal exploração pressupõe (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados pelo Poder Concedente, inclusive serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema; (ii) o apoio na execução dos serviços não delegados; e (iii) a gestão dos serviços complementares, além da prática de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do Contrato de Concessão.

6.5. Principais eventos societários:

Reorganização Societária da Companhia

Quando a Companhia foi constituída, em 2009, a participação do Grupo CIBE na sociedade deu-se por meio da Equipav, sociedade que detinha 50% das ações da Companhia e, juntamente com a Opway, detentora de 40% das ações (representando o Grupo Ascendi) e a Leão & Leão, detentora de 10% das ações, formava o grupo de controle da Companhia.

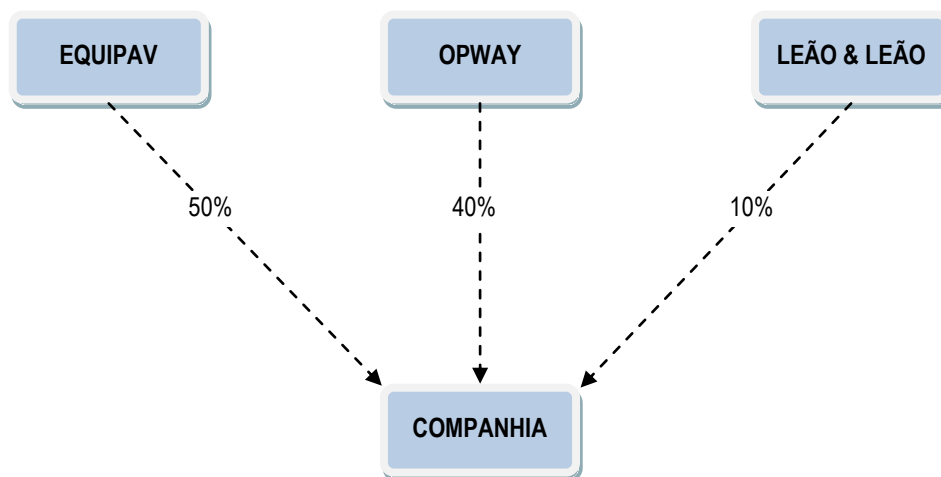
Em 15 de junho de 2010, as empresas formadoras do Grupo CIBE (Heber e Equipav) resolveram pôr fim à sua parceria e promoveram uma reestruturação societária com mudanças na composição do bloco de controle, pela qual a Heber resultou como controladora última e exclusiva do Grupo CIBE.

Em decorrência, a Heber adquiriu 99,998% da participação societária da Equipav na Companhia e, posteriormente, fez dação em pagamento desta participação para a Cibe Participações e Empreendimentos S.A. a qual, sucessivamente, conferiu esta participação para capitalizar sua subsidiária integral Cibe Investimentos e Participações S.A.

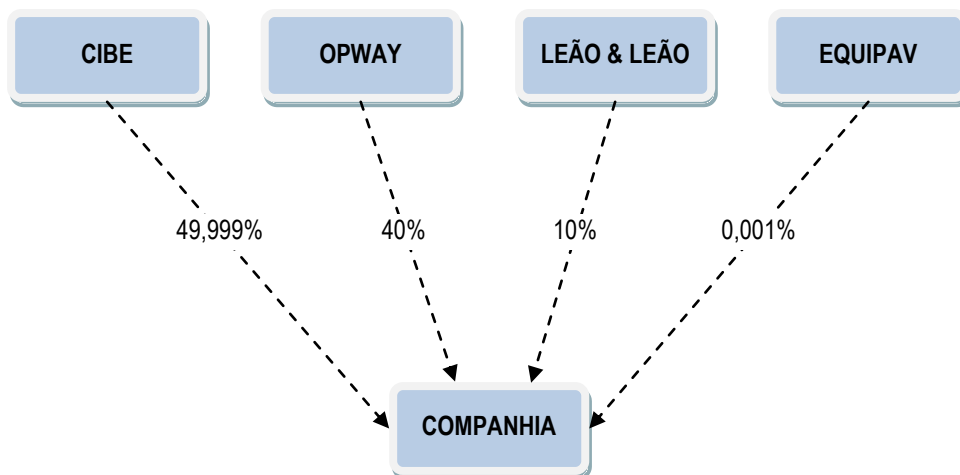
Ressalta-se que referida operação não acarretou alteração no bloco de controle da Companhia, o que é vedado pelo Poder Concedente caso ocorra em menos de 2 (dois anos) contados da assinatura do Contrato de Concessão. A ARTESP anuiu com o processo de reorganização societária da Companhia, conforme publicação realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 03 de dezembro de 2010.

Com a conclusão desta fase do processo de reorganização societária, a Cibe Investimentos e Participações S/A passou a deter 49,999% das ações da Companhia, a Opway, 40%, a Leão & Leão, 10% e a Equipav, 0,001%. O quadro societário da Companhia antes e depois da conclusão desta fase do processo de reorganização é o seguinte:

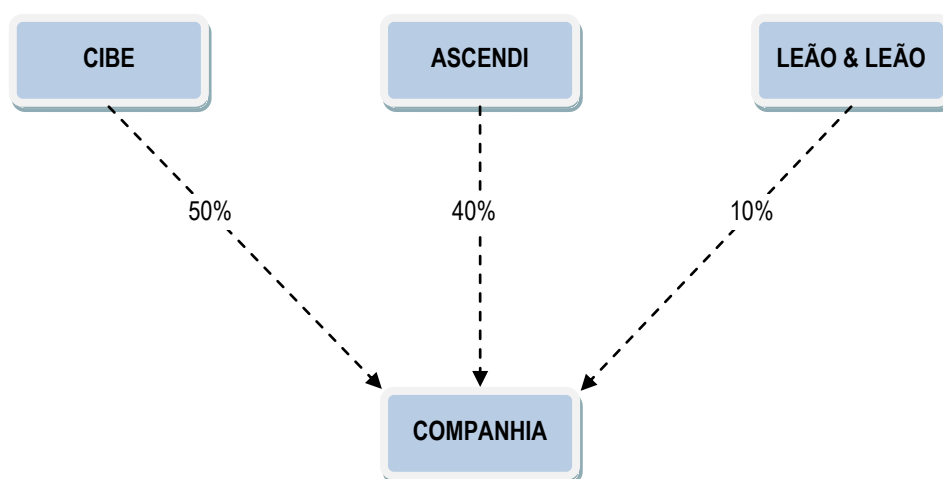
Antes:



Depois:

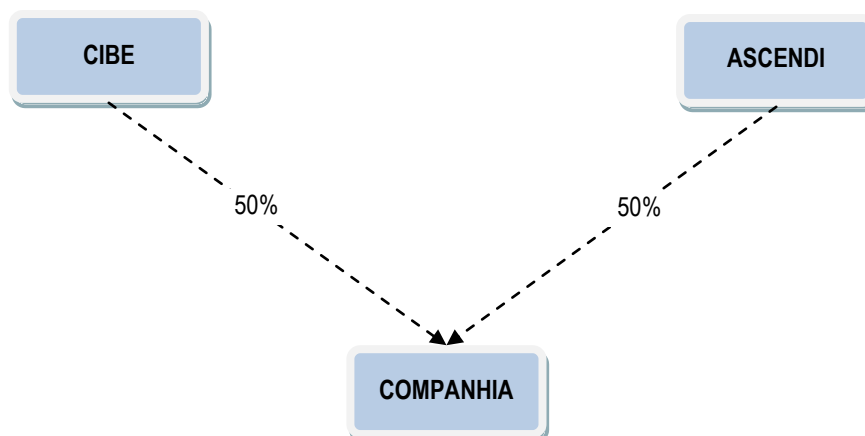
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Posteriormente, realizou-se a transferência das ações da Companhia detidas pela Opway para a Ascendi International Holding B.V., e do restante das ações de propriedade da Equipav para a CIBE Investimentos e Participações S.A. A ARTESP anuiu com o processo de reorganização societária da Companhia, conforme publicação realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 25 de novembro de 2011. A partir de tal data, portanto, a estrutura societária da Companhia é a seguinte:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

No dia 28 de janeiro de 2012, foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo a autorização da Artesp a transferência das ações pertencentes à Leão & Leão Ltda. (correspondentes a 10% do capital social da Companhia) para a acionista Ascendi International Holding B.V.. A partir de tal data, portanto, a estrutura societária da Companhia é a seguinte:



Primeira Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 07 de dezembro de 2010, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da 1ª (primeira) Emissão de Notas Promissórias Comerciais, nos termos da Instrução CVM 476. A emissão foi realizada em 23 de dezembro de 2010, composta por 135 (cento e trinta e cinco) notas promissórias comerciais, em 3 (três) séries, com valor nominal unitário de R\$5 milhões para cada nota promissória comercial da Primeira Série, de R\$1 milhão para cada nota promissória comercial da Segunda Série e de R\$4 milhões para cada nota promissória comercial da Terceira Série, totalizando R\$450.000 mil, amortizadas 180 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais somente puderam ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão.

Segunda Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 13 de junho de 2011, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da 2ª (segunda) Emissão de Notas Promissórias Comerciais, nos termos da Instrução CVM 476. A emissão foi realizada em 20 de junho de 2011, composta por 135 (cento e trinta e cinco) notas promissórias comerciais, em 3 (três) séries, com valor nominal unitário de R\$5,380 milhões para cada nota promissória comercial da Primeira Série, de R\$1,076 milhão para cada nota promissória comercial da Segunda Série e de R\$4,304 milhões para cada nota promissória comercial da Terceira Série, totalizando R\$484.200 mil, amortizadas 180 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais somente puderam ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão.

Terceira Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 02 de dezembro de 2011, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da 3ª (terceira) Emissão de Notas Promissórias Comerciais, nos termos da Instrução CVM 476. A emissão foi realizada em 16 de dezembro de 2011, composta por 135 (cento e trinta e cinco) notas promissórias comerciais, em 3 (três) séries, com valor nominal unitário de R\$5,380 milhões para cada nota promissória comercial da Primeira Série, de R\$1,076 milhão para cada nota promissória comercial da Segunda Série e de R\$4,304 milhões para cada nota promissória comercial da Terceira Série, totalizando R\$484.200 mil, amortizadas 180 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais somente puderam ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão.

6.6. Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial:

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não apresentou nem sofreu qualquer pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial

6.7. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 2039, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Com faturamento líquido de R\$ 242.405 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia tem 415 quilômetros administrados no Estado de São Paulo.

A concessão outorgada à Companhia compreende 5 (cinco) rodovias, 2 (dois) contornos e 18 (dezoito) acessos, quais sejam:

- SP 101: Rodovia Jornalista Francisco Aguirra Proença e Rodovia Bento Antônio de Moraes (km 0+000 ao km 71+250)
- SP 113: Rodovia Doutor João José Rodrigues (km 0+000 ao km 14+400)
- SP 209: Rodovia Professor João Hipólito Martins (km 0+000 ao km 21+090)
- SP 300: Rodovia Marechal Rondon (km 158+650 ao km 177+850)
- SP 308: Rodovia do Açúcar (km 102+200 ao km 162+000)
- Contorno de Piracicaba (extensão: 8+875 km)
- Contorno de Maristela (extensão: 3+200km)
- SPA-022/101 – acesso Monte Mor (km 22+340. Extensão: 0,500 km)
- SPA-026/101 – acesso Monte Mor (km 26+000. Extensão: 1,230 km)
- SPA-032/101 – acesso Elias Fausto (km 32+150. Extensão: 6,260 km)
- SPA-043/101 – acesso Capivari (km 43+180. Extensão: 1,200 km)
- SPA-051/101 – acesso Rafard (km 51+800. Extensão: 1,900 km)
- SPA-007/209 – acesso Pardinho/Botucatu (km 7+170. Extensão: 17,810 km)
- SPA-159/300 – acesso Tietê (km 159+200. Extensão: 0,100 km)
- SPA-172/300 – acesso Laranjal Paulista (km 172+000. Extensão: 0,600 km)
- SPA-176/300 – acesso Laranjal Paulista (km 176+000. Extensão: 0,040 km)
- SPA-193/300 – acesso Conchas (km 193+000. Extensão: 1,280 km)
- SPA-196/300 – acesso Conchas (km 196+150. Extensão: 1,010 km)
- SPA-231/300 – acesso Botucatu (variante) (km 231+000. Extensão: 1,500 km)
- SPA-241/300 – acesso Botucatu/Gastão Dal Farra (variante) (km 241+380. Extensão: 9,740 km)
- SPA-251/300 – acesso Botucatu (variante) (km 251+000. Extensão: 4,000 km)
- SPA-270/300 – acesso São Manuel (km 270+900. Extensão: 0,580 km)
- SPA-283/300 – acesso Areiópolis (km 283+000. Extensão: 1,100 km)
- SPA-139/308 – acesso Capivari (km 139+220. Extensão: 9,000 km)
- SPA-155/308 – acesso Rio das Pedras (km 155+000. Extensão: 4,010 km)

A Companhia opera rodovias que representavam, em 31 de dezembro de 2011, 1,86% do total de quilômetros das rodovias atualmente sob concessão no Estado de São Paulo, conforme dados do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo.

O Corredor Marechal Rondon Leste, trecho que a Companhia administra, tem como eixo principal a Rodovia SP 300, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia inicia-se no km 62 da via Anhanguera, no município de Jundiá, e segue na direção noroeste por cerca de 600 km até a divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul, atravessando dezenas de cidades, dentre as quais Itu, Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista, Botucatu, São Manuel, Lençóis Paulista, Agudos, Bauru, Pirajuí, Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina, com população de aproximadamente 2,6 milhões de habitantes, representando cerca de 6,4% da população total do Estado de São Paulo, segundo dados do IBGE de 2010. O PIB per capita da região é estimado em R\$18,3 mil por ano, superior à média nacional de R\$13,9 mil por ano, segundo dados do IBGE de 2007 e 2008.

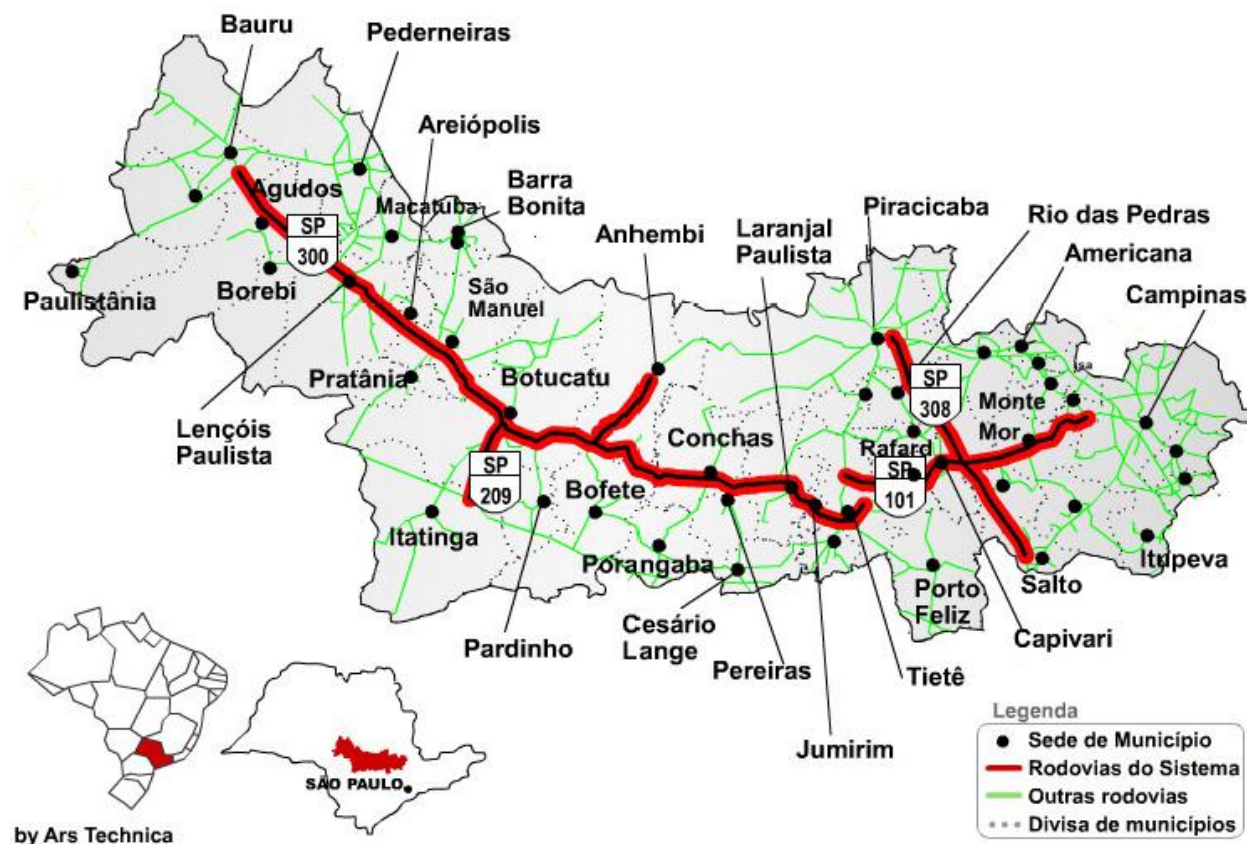
Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentou receitas líquidas de serviços de R\$172.412 mil e R\$84.576 mil, além de e um EBITDA de R\$ 73.116 mil e R\$6.528 mil, respectivamente.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou uma receita líquida de serviços de R\$242.405 mil e um EBITDA de R\$77.374 mil.

Circulam diariamente, em média, pelas rodovias administradas pela Companhia aproximadamente 76 mil veículos.

O mapa abaixo ilustra a localização das rodovias administradas pela Companhia:



A Companhia possuía a obrigação contratual de pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 517.000.000,00 (quinhentos e dezessete milhões de Reais) que, de acordo com o Contrato de Concessão, foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela no valor de R\$ 103.400.000,00 (cento e três milhões e quatrocentos mil Reais), correspondente a 20% do valor da Outorga Fixa, que foi paga 2 (dois) dias antes da assinatura de tal instrumento; e (ii) 18 (dezoito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, cada uma no valor de R\$ 22.977.778,00 (vinte e dois milhões, novecentos e setenta e sete mil, setecentos e setenta e oito reais), sendo que a primeira parcela venceu no último dia útil de maio de 2009 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

Com as correções dos valores das parcelas pelo IPCA, conforme determinado pelo Contrato de Concessão, o valor total da outorga fixa passou a ser de aproximadamente R\$ 542.000.000,00 (quinhentos e quarenta e dois milhões de Reais), o qual foi pago integralmente dentro dos prazos estipulados pela ARTESP.

Ademais, o Contrato de Concessão estabelece o pagamento de outorga variável à ARTESP em valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia no mês anterior ao do pagamento, durante todo o prazo da Concessão.

Investimentos

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

O cronograma de investimento foi estabelecido no Contrato de Concessão, abrangendo as intervenções necessárias para enquadrar o lote nos padrões de operação requeridos.

O programa de investimentos considera um conjunto de obras iniciais, que integram o chamado Programa Intensivo Inicial (PII), que foi executado no prazo de 180 dias, contados da formalização da Concessão. O PII envolveu obras imediatas de recuperação das praças de pedágio, melhorias na sinalização, instalação de equipamentos em monitoração e Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU). Vale destacar que a cobrança de pedágio nas novas praças somente ocorreu após a execução do PII e a autorização da ARTESP.

Os investimentos são divididos da seguinte forma:

a) Programa Intensivo Inicial

O Programa Intensivo Inicial (PII) destina-se à adequação das condições de tráfego. As intervenções previstas no programa são as seguintes:

- Remoção de detritos, lixo e entulho das plataformas, limpeza geral das pistas, acostamento, canteiros centrais e laterais de faixa de domínio;
- Retirada e substituição de dispositivos de segurança avariados;
- Poda do revestimento vegetal que esteja prejudicando a sinalização e em locais como praças de pedágio, balanças, postos de polícia e Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU);
- Execução de operação tapa buracos em todas as vias;
- Complementação e limpeza de placas e elementos de sinalização vertical, horizontal e aérea;
- Restauração da sinalização horizontal, com substituição de tachas e tachões;
- Recuperação de placas de sinalização;
- Desobstrução de bueiros e elementos de drenagem superficial;
- Recomposição de defensas e balizadores na aproximação dos encontros das obras de arte especiais;
- Correção de depressões no pavimento junto às cabeceiras das obras de arte especiais.

b) Programa de Conservação Especial

São considerados investimentos de conservação especial àqueles que visam recuperar ou prolongar as condições operacionais da infraestrutura, incluindo pavimentação, obras de arte e substituição das sinalizações horizontal e vertical.

c) Implantações

Obras que visam oferecer melhores serviços e maior segurança aos usuários (SAU, policiamento, passarelas, marginais e melhorias de trevos e acessos existentes), recuperar passivos ambientais (implantação de barreiras acústicas), bem como fiscalizar os veículos que utilizam a rodovia (radares e balanças).

d) Equipamentos e Sistemas de Controle

Os equipamentos e sistemas de controle serão instalados ao longo das vias, em pontos estratégicos, permitindo a transmissão de dados a um Centro de Controle Operacional (CCO), auxiliando a operação à distância, compondo as chamadas Rodovias Inteligentes (ITS).

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

e) Investimentos Concluídos e em andamento

A Companhia investiu mais de R\$ 25 milhões em obras de ampliação, manutenção, poda e drenagem das rodovias do complexo Marechal Rondon Leste. Esse investimento fez parte do PII aplicado nas obras antes mesmo da cobrança das tarifas de pedágio.

Além dessas obras, desde novembro de 2009, com a abertura das praças de pedágio, iniciaram-se inúmeros outros investimentos como os Acostamentos da SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, instalação de fibra ótica em mais de 400km de Concessão, restauração de obras de arte como a Ponte Orlando Mazzer na SP-113 sobre o Rio Tietê, construção de 12 SAU's (Serviço de Apoio ao Usuário), instalação de cercas e defensas nas rodovias, elaboração dos projetos para a duplicação da SP-101, SP-308 e Contorno de Piracicaba, dentre outras melhorias que totalizam cerca de R\$70 milhões de investimentos no sistema rodoviário sob administração da Companhia, além dos R\$ 25 milhões já citados.

Os investimentos programados para os trinta anos da concessão estão discriminados abaixo, divididos entre os seguintes itens:

Valores em R\$ mil

Descrição	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
1. AMPLIAÇÕES E MELHORAMENTOS	4.015	9.258	29.998	46.632	39.119	20.200	26.023	26.296	8.822	3.037
2. DEMAIS MELHORAMENTOS	30.930	17.821	19.497	35.908	32.924	27.270	30.232	32.148	17.383	17.406
3. EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E SIST. CONTROLE	30.333	16.838	11.307	2.384	-	5.594	3.517	140	-	2.384
4. DESAPROPRIAÇÕES	1.243	-	6.954	4.243	720	3.830	900	3.539	4.042	100
5. CONSERVAÇÃO ESPECIAL	16.486	6.283	18.071	6.834	8.565	580	580	1.988	30.341	30.222
6. ELEMENTOS DE SEGURANÇA	267	267	267	267	267	267	267	267	267	267
7. CONTRATOS SUB-ROGADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8. INDENIZAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	83.273	50.467	86.093	96.268	81.595	57.741	61.519	64.378	60.855	53.415

Valores em R\$ mil

Descrição	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20
1. AMPLIAÇÕES E MELHORAMENTOS	3.037	4.048	7.591	14.676	-	3.135	3.135	3.135	9.406	12.541
2. DEMAIS MELHORAMENTOS	6.517	13.486	10.644	-	10.545	1.775	-	13.315	10.406	-
3. EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E SIST. CONTROLE	15.438	4.358	13.691	-	-	7.978	1.133	259	2.384	-
4. DESAPROPRIAÇÕES	-	2.820	2.820	-	-	-	-	-	-	-
5. CONSERVAÇÃO ESPECIAL	40.176	4.683	2.654	669	1.759	10.979	22.950	12.399	18.922	669
6. ELEMENTOS DE SEGURANÇA	267	267	267	267	267	267	267	267	267	267
7. CONTRATOS SUB-ROGADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8. INDENIZAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	65.435	29.662	37.666	15.611	12.571	24.135	27.485	29.375	41.385	13.476

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Valores em R\$ mil

Descrição	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	Ano 26	Ano 27	Ano 28	Ano 29	Ano 30
1. AMPLIAÇÕES E MELHORAMENTOS	3.427	3.427	6.854	9.062	15.916	5.557	6.697	11.114	5.700	-
2. DEMAIS MELHORAMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E SIST. CONTROLE	15.319	6.742	11.307	-	2.503	7.196	1.133	2.524	-	33.347
4. DESAPROPRIAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. CONSERVAÇÃO ESPECIAL	775	36.649	29.849	20.758	38.225	669	862	9.904	30.502	25.653
6. ELEMENTOS DE SEGURANÇA	267	267	267	267	267	267	267	267	267	267
7. CONTRATOS SUB-ROGADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8. INDENIZAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	19.788	47.084	48.276	30.087	56.910	13.688	8.959	23.808	36.469	59.267

Vantagens Competitivas

Pontos Fortes da Companhia

Os principais pontos fortes da Companhia são:

Localização estratégica dos ativos da Companhia. Os sistemas logísticos localizam-se em regiões estratégicas e economicamente privilegiadas no Estado de São Paulo. Os sistemas da Companhia estão posicionados perto dos principais centros comerciais do Brasil, que atendem grandes centros de produção, consumo e circulação de bens e pessoas, gerando grandes fluxos de veículos de passageiros e de cargas e ainda contam com um grande fluxo de transporte de passageiros e de turismo.

Forte suporte dos acionistas. Os negócios da Companhia se beneficiam de um total alinhamento de interesses entre a Companhia e seus acionistas controladores.

Os acionistas controladores da Companhia possuem uma grande tradição na indústria de infraestrutura no Brasil e no exterior. O grupo de empresas controladas pela CIBE possui vasta experiência no setor de infraestrutura brasileira, incluindo em seu portfólio, projetos em rodovias, centrais energéticas e construtoras, além de áreas de saneamento. O grupo Ascendi possui forte atuação no setor de concessões rodoviárias em Portugal. Já o grupo Leão & Leão, por sua vez, é especialista na prestação de serviços a rodovias, tais como conservação urbana e rodoviária, construção civil pesada (obras de pavimentação asfáltica de rodovias, incluindo fresagem, terraplenagem e intervenção profunda), instalação de redes de água e esgoto, entre outras atividades, além da prestação de serviços de locação de veículos. Este alinhamento de interesses se reflete em maior flexibilidade para a avaliação de projetos e investimento em uma gama melhor e diversificada de ativos, diferente da maioria dos concorrentes da Companhia. Desta forma, a Companhia cria valores e sinergias para seu portfólio de negócios, consolidando assim uma posição sólida nos setores em que atua.

Produtos e Serviços Prestados e Participação na Receita Total

Atualmente, quase toda nossa receita é advinda dos serviços de concessões de rodovias, por meio das tarifas cobradas nos pedágios.

No trecho objeto da concessão, no km 285 da Rodovia SP-300, já estava instalada uma praça de pedágio tipo barreira, denominada Areiópolis à época que a Companhia passou a administrar tal rodovia, cuja arrecadação passou a ser exercida pela proponente no dia subsequente à formalização do Contrato de Concessão.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Inicialmente e conforme edital, o projeto previa a implantação adicional de oito praças de pedágio como descrito no quadro abaixo, porém, a Concessionária demoliu a praça já existente e construiu todas para manter um padrão de construção.

RODOVIA	PRAÇA DE PEDÁGIO		LIGAÇÃO	TCP		
	Localização	Km		Rodovia	Acessos	Total (km)
SP-101	Monte Mor	033+000	SP-101 - km 000+000 ao km 045+500	45,500		55,040
			SP-032 / SP-101 - Elias Fausto		6,260	
			SP-026 / SP-101 - Monte Mor		1,230	
			SP-022 / SP-101 - Monte Mor		0,500	
			SP-051 / SP-101 - Rafard		0,950	
			SP-043 / SP-101 - Capivari		0,600	
SP-101 SP-113	Rafard	058+000	SP-101 - km 045+500 ao km 071+250	25,750		41,700
			SP-113 - km 000+000 ao km 014+400	14,400		
			SP-051 / SP-101 - Rafard		0,950	
			SP-043 / SP-101 - Capivari		0,600	
SP-300	Conchas	192+100	SP-300 - km 158+650 ao km 234+060	56,850		59,880
			SP-196 / SP-300 - Conchal		1,010	
			SP-193 / SP-300 - Conchal		1,280	
			SP-176 / SP-300 - Laranjal Paulista		0,040	
			SP-172 / SP-300 - Laranjal Paulista		0,600	
			SP-159 / SP-300 - Tietê		0,100	
SP-209 SP-300	Anhembi	227+700	SP-209 - km 000+000 ao km 010+545	10,545		63,690
			SP-300 - km 215+500 ao km 248+500	33,000		
			SP-241 / SP-300 - Anhembi		9,740	
			SP-231 / SP-300 - Anhembi		1,500	
			SP-007 / SP-209 - Pardinho		8,905	
SP-209 SP-300	Botucatu	261+120	SP-209 - km 010+545 ao km 021+090	10,545		37,650
			SP-300 - km 248+500 ao km 262+700	14,200		
			SP-251 / SP-300 - Botucatu		4,000	
			SP-007 / SP-209 - Pardinho		8,905	
SP-300	Areiópolis	285+000	SP-300 - km 262+700 ao km 299+500	36,800		38,480
			SP-270 / SP-300 - São Manoel		0,580	
			SP-283 / SP-300 - Areiópolis		1,100	
SP-300	Agudos	314+000	SP-300 - km 299+500 ao km 336+500	37,000		37,000
SP-308	Salto	105+000	SP-308 - km 102+200 ao km 127+730	25,530		30,030
			SP-139 / SP-308 - Capivari		4,500	
SP-308	Rio das Pedras	150+460	SP-300 - km 127+730 ao km 162+000	34,270		51,655
			Contorno de Piracicaba	8,875		
			SP-139 / SP-308 - Capivari		4,500	
			SP-155 / SP-308 - Piracicaba		4,010	

As praças de pedágio de Monte Mor, Rafard, Salto e Rio das Pedras foram construídas em locais diferentes ao previsto inicialmente no edital de concessão, no 52,29 km, 44,45 km, 30,6 km e 51,22 km respectivamente. Essas alterações foram solicitadas e aprovadas pela ARTESP e o motivo de mudança de cada uma das praças foi:

- **Monte Mor:** o local original era muito próximo à cabeceira do Rio Capivari, além da presença de uma rota de fuga, devido a uma estrada municipal existente no local. O novo local proposto e aceito pelo Poder Concedente dista 3,3km do original, porém em local sem restrições ambientais e sem possíveis rotas de fuga.
- **Rafard:** A localização original desta praça era muito próxima ao entroncamento com a SP-113, dificultando a implantação do garrafão de acesso e a respectiva sinalização de advertência necessária. Devido a esses motivos a Companhia foi autorizada a instalar a praça com deslocamento de 2km referente ao edital.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- Salto: No local indicado pelo Edital para instalação dessa praça foi identificado um trecho em declive e com vegetação nativa, além de três possibilidades de rotas de fuga. Devido a isso a Companhia foi autorizada a construir a praça com deslocamento de 4,3Km do que constava no Edital.
- Rio das Pedras: A localização, indicada pelo Edital para praça de pedágio estava situada muito próxima ao trevo de acesso à Rio das Pedras, local em curva e com dificuldade de visibilidade na aproximação do acesso à praça. Devido a esses motivos a Companhia foi autorizada, pelo Poder Concedente, a construir a praça com deslocamento de 3km do edital.

Projeção de Tráfego e Receita Tarifária

Com o deságio de 13,1% oferecido pelo Consórcio Brasinfra, vencedor do leilão do Corredor Marechal Rondon Leste, o valor final das tarifas foi de R\$ 0,093774 por quilômetro de vias com pista dupla e R\$ 0,066981 por quilômetro de vias com pista simples, em valores de julho de 2008 como data base.

As tarifas respectivas de cada praça da concessão, calculadas em função (i) da base tarifária quilométrica ofertada, (ii) da metodologia de reajuste estabelecida no Contrato de Concessão e (iii) do trecho de cobertura, praticadas em julho de 2011, são:

Rodovia	Tarifa para Automóvel - Jul/11
SP-101 - Jornalista Francisco Aguirre Proença	
Praça Monte Mor - km 029 + 700m	R\$ 4,50
Praça Rafard - km 055 + 800m	R\$ 3,50
SP300 - Marechal Rondon	
Praça Conchas - km 192 + 100m	R\$ 4,70
Praça Anhembi - km 228 + 200	R\$ 5,40
Praça Botucatu - km 259 + 300	R\$ 3,70
Praça Areiópolis - km 285 + 000	R\$ 4,20
Praça Agudos - km 314 + 000	R\$ 4,10
SP308 - Comendador Mário Dedini	
Praça Salto - km 109 + 300	R\$ 2,40
Praça Rio das Pedras - km 147 + 300	R\$ 3,60

Em novembro de 2010, a Companhia apresentou um novo estudo de tráfego, realizado pelas consultorias VTM, sediada em Portugal, e TTC, sediada no Brasil, utilizando como premissas cenários macroeconômicos mais atualizados, dado à situação de crise econômica mundial, assim como novas tendências de tráfego baseadas nos números já observados pelo projeto.

Estas novas projeções foram consideradas no modelo financeiro que embasou as projeções contidas neste documento. Além disso, as premissas utilizadas no estudo servirão, ainda, como base para alimentar um software de modelagem de tráfego, "Cube", adquirido pela Concessionária para maior conhecimento estratégico dos trechos sob sua administração.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.2. Segmentos operacionais:**a) produtos e serviços comercializados**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.3. Produtos e serviços:**a) características do processo de produção**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b) características do processo de distribuição

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c) características dos mercados de atuação: (i) participação em cada um dos mercados; (ii) condições de competição nos mercados

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

d) eventual sazonalidade

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

e) principais insumos e matérias primas:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia):

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.6. Informações acerca de países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

Não aplicável à Companhia, pois ela não desenvolve suas atividades além do território brasileiro.

7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

Não aplicável à Companhia, pois ela não desenvolve suas atividades além do território brasileiro.

7.8. Outras relações de longo prazo relevantes da Companhia:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.9. Outras informações relevantes:

A Companhia entende que não há informações relevantes a serem divulgadas neste item além das descritas acima.

8.1.**a) Controladores diretos e indiretos e d) participações de sociedades do grupo na Companhia**

Acionistas Diretos	Nacionalidade	CNPJ/CPF	Quantidade de ações Ordinárias	Participação
CIBE Investimentos e Participações S.A.	Brasileira	10.405.940/0001-14	11.178.923.797	50%
Ascendi International Holding B.V.	Holandesa	14.382.914/0001-79	11.178.923.798	50%
Total:			22.357.847.595	100%

b) Controladas e coligadas e c) participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

e) Sociedades sob controle comum

A Companhia não possui outras Sociedades sob controle comum.

8.2. Organograma do grupo econômico



8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	25/11/2011
Evento societário	Incorporação de ações
Descrição da operação	Posteriormente, realizou-se a transferência das ações da Companhia detidas pela Opway para a Ascendi International Holding B.V., e do restante das ações de propriedade da Equipav para a CIBE Investimentos e Participações S.A. A ARTESP anuiu com o processo de reorganização societária da Companhia, conforme publicação realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 25 de novembro de 2011.
Data da operação	15/06/2010
Evento societário	Incorporação de ações
Descrição da operação	<p>Em 15 de junho de 2010, as empresas formadoras do Grupo CIBE (Heber e Equipav) resolveram pôr fim à sua parceria e promoveram uma reestruturação societária com mudanças na composição do bloco de controle, pela qual a Heber resultou como controladora última e exclusiva do Grupo CIBE.</p> <p>Em decorrência, a Heber adquiriu 99,998% da participação societária da Equipav na Companhia e, posteriormente, fez dação em pagamento desta participação para a Cibe Participações e Empreendimentos S.A. a qual, sucessivamente, conferiu esta participação para capitalizar sua subsidiária integral Cibe Investimentos e Participações S.A.</p> <p>Ressalta-se que referida operação não acarretou alteração no bloco de controle da Companhia, o que é vedado pelo Poder Concedente caso ocorra em menos de 2 (dois anos) contados da assinatura do Contrato de Concessão. A ARTESP anuiu com o processo de reorganização societária da Companhia, conforme publicação realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 03 de dezembro de 2010.</p> <p>Com a conclusão desta fase do processo de reorganização societária, a Cibe Investimentos e Participações S/A passou a deter 49,999% das ações da Companhia, a Opway, 40%, a Leão & Leão, 10% e a Equipav, 0,001%. O quadro societário da Companhia antes e depois da conclusão desta fase do processo de reorganização é o seguinte:</p>

8.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8.4 - Outras informações relevantes

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia:

a) ativos imobilizados (inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento)

Informação facultativa para companhias abertas registradas na Categoria B.

b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Informação facultativa para companhias abertas registradas na Categoria B.

c) sociedades em que a Companhia tem participação

A Companhia não detém qualquer participação em sociedades

9.2. Outras informações relevantes:

Todas as informações pertinentes estão descritas nos itens acima.

10.1.**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A diretoria da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. entende que a atual estrutura patrimonial e financeira é suficiente para desenvolver as atividades estabelecidas no Contrato de Concessão assinado, em 2008, junto ao poder concedente, que compreende a execução, gestão e fiscalização do sistema viário do corredor Marechal Rondon Leste, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, além de ter condições de obter financiamentos de longo prazo no mercado.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, resultante principalmente, do empréstimo de curto prazo que obteve para o pagamento da outorga de R\$ 542 milhões ao poder concedente. Para equalizar este capital circulante líquido negativo, a Companhia está em negociações avançadas para a obtenção de financiamento de longo prazo junto a bancos comerciais e BNDES. Dentro desta estratégia, em fevereiro de 2012, a Companhia obteve seu registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na categoria B, tornando-se apta a emitir papéis comerciais de longo prazo no mercado. A expectativa da direção da Companhia é equilibrar o passivo circulante líquido negativo ainda no primeiro semestre de 2012.

A Companhia adota, ainda, procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio, a Companhia realiza e monitora continuamente a previsão de fluxo de caixa.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A Companhia possui sua estrutura de capital alavancada e, conforme cláusula do Contrato de Concessão, não poderá reduzir o seu capital, a nenhum título, ou adquirir as suas próprias ações sem prévia e expressa autorização da contratante, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”).

Em agosto de 2011, a Companhia apresentava o montante de R\$240 milhões a título de capital social subscrito, sendo R\$223,6 milhões integralizados e R\$14,4 milhões a integralizar. Neste mesmo mês, atendendo solicitação da direção da Companhia, a Artesp autorizou a redução do capital social subscrito para o valor já integralizado de R\$223,6 milhões, otimizando, assim, a estrutura de capital da Companhia.

Já a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido passou de 0,98 em 2009 para 1,67 em 2010 e 2,03 em 2011. A Administração considera esta relação adequada diante do perfil da dívida atual de curto prazo e estágio inicial da empresa. A Companhia não possui, até o presente momento, ações negociadas em bolsas de valores.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

As principais fontes de recursos da Companhia são (i) o caixa gerado por meio das suas atividades operacionais; (ii) aportes de capital próprio, (iii) empréstimos e financiamentos e (iv) captações de recursos no mercado de capitais.

A Companhia assumiu o compromisso de pagar pela delegação do serviço público de exploração da concessão uma outorga fixa no valor de R\$ 517.000.000,00 (quinhentos e dezessete milhões de Reais), conforme item 10.3 do Edital.

Os Diretores entendem que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações. Para fazer frente aos investimentos e aos compromissos assumidos a companhia entende que possui plenas condições de buscar fontes de recursos para alongar o perfil de sua dívida e adequar a capacidade de geração de caixa.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas e;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os recursos iniciais destinados ao desenvolvimento dos serviços delegados por meio do Contrato de Concessão celebrado com o Estado de São Paulo foram obtidos via financiamento com bancos comerciais e de sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

A estrutura inicial de financiamento da concessão contemplou a concessão de um empréstimo-ponte à Companhia no valor total de R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de Reais), sendo que o Banco do Brasil e o Banco Espírito Santo concederam R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de Reais) cada um. Tal operação foi efetivada por meio da emissão de Cédulas de Crédito Bancário ("CCBs") pela Companhia.

No primeiro semestre de 2010 os bancos ABC e Votorantim ingressaram na sindicalização, concedendo R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de Reais) e R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de Reais) cada um, respectivamente, porém sem alterar o montante total do empréstimo.

A data de vencimento deste financiamento foi alterada de 08 de outubro de 2010 para 08 de dezembro de 2010, e foram acrescentados novos valores ao montante total – R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) pelo ABC e R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de Reais) pela Votorantim.

Conforme estabelecido no contrato de empréstimo-ponte, a Companhia estava obrigada a manter uma relação de dívida sobre capital próprio em 57/43, obedecendo ao critério *pari passu* em relação aos desembolsos realizados. Como o valor inicial do financiamento era de R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de Reais), a Companhia deveria aportar aproximadamente R\$ 256.500.000,00 (duzentos e cinquenta e seis milhões e quinhentos mil Reais), valor este que foi integralmente aportado ao longo dos 17 (dezessete) meses iniciais do projeto.

A Companhia realizou, em dezembro de 2010, uma emissão de 135 notas promissórias comerciais, dividida em 3 (três) séries, no valor total de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de Reais), com vencimento em 180 (cento e oitenta) dias após a data de emissão. Sobre o valor nominal das notas promissórias comerciais incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um *spread* anual de 3,70%, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento ("Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão"). Os recursos obtidos por meio de tal emissão foram destinados para o pagamento integral das obrigações de principal, de juros e outros encargos devidos nos termos das cédulas de crédito bancário emitidas pela Companhia no âmbito (a) do Contrato de Abertura de Crédito para Concessão de Financiamento celebrado em 16 de abril de 2009, com posteriores aditamentos, entre a Emissora, Banco do Brasil, Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Cibe Rodovias e Participações S.A., Equipav, Empate Engenharia e Comércio Ltda., Controlpav Participação e Administração Ltda., Opway, Leão & Leão e Heber ("Contrato de Financiamento BB") e (b) e do Contrato de Abertura de Crédito para Concessão de Financiamento celebrado em 16 de abril de 2009, com posteriores aditamentos, entre a Companhia, a Ascendi Group SGPS S.A., BES, e Empreendimentos S.A., Cibe Rodovias e Participações S.A., Equipav, Empate Engenharia e Comércio Ltda., Controlpav Participação e Administração Ltda., Opway, Leão & Leão e Heber ("Contrato de Financiamento BES") e, em conjunto com o Contrato de Financiamento BB, os "Contratos de Financiamento", aos quais posteriormente aderiram Banco ABC e Banco Votorantim, assim como para investimentos em ativo fixo previstos no Contrato de Concessão.

As Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão contavam com as seguintes garantias (i) aval da Heber, Leão & Leão e Ascendi para as notas promissórias comerciais da Primeira Série, Segunda Série e Terceira Série, respectivamente; (ii) livrança emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão.

Ademais, a Companhia realizou, em junho de 2011, uma emissão de 135 notas promissórias comerciais, dividida em 3 (três) séries, no valor total de R\$ 484.200.000,00 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões e duzentos mil reais), com vencimento em 180 (cento e oitenta) dias após a data de emissão ("Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão"). Sobre o valor nominal das notas promissórias comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um *spread* anual de 3,70%, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento. Os recursos obtidos por meio de tal emissão foram destinados para o pagamento integral das obrigações de principal, de juros e outros encargos devidos nos termos das Notas Promissórias Comerciais da Primeira Emissão, assim como para investimentos em ativo fixo previstos no Contrato de Concessão.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão contam com as seguintes garantias (i) aval da Heber, Leão & Leão e Ascendi para as notas promissórias comerciais da Primeira Série, Segunda Série e Terceira Série, respectivamente; (ii) livrança emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão. Conforme previsto nas Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão, a Companhia deverá manter uma relação de dívida sobre capital próprio em 75/25.

Por fim, a Companhia realizou, em dezembro de 2011, a emissão de 135 notas promissórias comerciais, dividida em 3 (três) séries, no valor total de R\$ 484.200.000,00 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões e duzentos mil reais), com vencimento em 180 (cento e oitenta) dias após a data de emissão (“Notas Promissórias Comerciais da Terceira Emissão”). Sobre o valor nominal das notas promissórias comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um *spread* anual de 3,70%, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento. Os recursos obtidos por meio de tal emissão foram destinados para o pagamento integral das obrigações de principal, de juros e outros encargos devidos nos termos das Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão, assim como para investimentos em ativo fixo previstos no Contrato de Concessão.

As Notas Promissórias Comerciais da Terceira Emissão contam com as seguintes garantias (i) aval da Heber, Leão & Leão e Ascendi para as notas promissórias comerciais da Primeira Série, Segunda Série e Terceira Série, respectivamente; (ii) livrança emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão. Conforme previsto nas Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão, a Companhia deverá manter uma relação de dívida sobre capital próprio em 75/25. Com a transferência das ações da Leão & Leão para a Ascendi, realizada em 2012, houve também a transferência dos avais e garantias.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas:

		Saldos em aberto (em mil R\$)		
Modalidade - Credor, Tomador	Indexador	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
Cédula de Crédito Bancário	100% CDI + 5,5 Spread			(191.331)
Notas Promissórias - Primeira Emissão	100% CDI + 3,7 Spread		(449.472)	
Notas Promissórias - Terceira Emissão	100% CDI + 3,7 Spread	(481.438)		

As Notas Promissórias de Segunda Emissão foram liquidadas em dezembro de 2011 e substituídas pelas Notas Promissórias de Terceira Emissão.

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento da Companhia é oriundo, basicamente, das Notas Promissórias de Terceira Emissão contam com as seguintes garantias (i) aval da Heber, Leão & Leão e Ascendi para as notas promissórias comerciais da Primeira Série, Segunda Série e Terceira Série, respectivamente; (ii) livrança emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão. Conforme previsto nas Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão, a Companhia deverá manter uma relação de dívida sobre capital próprio em 75/25. Com a transferência das ações da Leão & Leão para a Ascendi, realizada em 2012, houve também a transferência dos avais e garantias.

As notas promissórias de terceira emissão contêm restrições quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação pecuniária devida.

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

100 % dos limites disponíveis foram utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras da Companhia referentes às demonstrações de resultados e aos balanços patrimoniais para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 são derivados das demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Comparação das nossas demonstrações do resultado para exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos resultados da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (valores expressos em milhares de reais).

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita operacional líquida	<u>242.405</u>	172.412
Custos dos serviços prestados	<u>(161.748)</u>	(93.572)
Lucro bruto	<u>80.657</u>	78.840
Despesas (receitas) operacionais:		
Gerais e administrativas	(14.788)	(14.412)
Honorários da administração	(1.366)	(1.135)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>51</u>	<u>10</u>
	<u>(16.103)</u>	(15.537)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	<u>64.554</u>	63.303
Despesas financeiras	<u>(88.421)</u>	(65.189)
Receitas financeiras	<u>7.648</u>	419
	<u>(80.773)</u>	(64.770)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(16.219)</u>	(1.467)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(372)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>5.018</u>	781
	<u>5.018</u>	409
Prejuízo do exercício	<u>(11.201)</u>	(1.058)

Receita Operacional Líquida

A Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$ 242.405 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, que corresponde a um aumento de R\$ 69.993 mil, ou 40,6%, em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, em que a nossa receita líquida foi de R\$ 172.412 mil.

Do total de receita líquida tem-se:

- R\$ 158.685 mil foi resultado da arrecadação de pedágio nos doze meses de 2011, contra R\$ 147.120 mil em 2010;
- R\$ 97.350 mil foi resultado das receitas de construção nos doze meses de 2011, contra R\$ 37.478 mil em 2010;
- R\$ 580 mil foi resultado das receitas acessórias, no ano de 2011, contra R\$ 520 mil em 2010;
- R\$ 14.210 mil foi resultado do pagamento de impostos (ISS, PIS e COFINS) sobre as receitas de pedágio e receitas acessórias, em 2011, contra R\$ 12.706 mil em 2010.

Custos dos Serviços Prestados

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia registrou custos de serviços prestados de R\$ 161.748 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, que corresponde a um aumento de R\$ 68.176 mil, ou 72,86%, em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, em que os custos foram de R\$ 93.572 mil.

Esta variação nos custos dos serviços prestados corresponde, principalmente, a:

- R\$ 59.872 mil com custos com serviços de construção, conforme comentado no tópico Receita Operacional Líquida. Esses serviços de construção são relacionados às obras previstas no Contrato de Concessão. Não há margem de lucro em tais serviços.
- R\$ 3.117 mil em despesas de pessoal resultado da contratação de 48 funcionários para os SAU's e 10 para operação de radar que não havia em 2010;
- R\$ 2.800 mil em depreciação e amortização, devido ao maior número de obras concluídas;

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 14.788 mil, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 essas despesas foram de R\$ 14.412 mil, ou seja, um aumento de R\$ 376 mil, devido, principalmente, ao reajuste inflacionário de materiais e serviços contratados.

Honorários de Administração

Os honorários da administração aumentaram 20,35%, passando de R\$ 1.135 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 1.366 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, decorrente principalmente da reestruturação da diretoria e do reajuste inflacionário.

Outras Despesas Operacionais

Não houve variação significativa nos períodos comparados.

Lucro Antes de Resultado Financeiro

O lucro da Companhia antes de resultado financeiro aumentou 1,98%, passando de R\$ 63.303 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 64.554 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, em função dos eventos explicados acima.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras da Companhia aumentaram R\$ 7.229 mil, passando de R\$ 419 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 7.648 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Este aumento ocorreu, principalmente, pela aplicação do excesso de caixa, captado com a emissão das 2ª Notas Promissórias e que será utilizado até junho de 2012.

Despesas Financeiras

A Companhia registrou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, despesas financeiras no montante de R\$ 88.421 mil, que corresponde a um crescimento de R\$ 23.232 mil em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 em que as despesas financeiras totalizaram R\$ 65.189 mil. O crescimento desse resultado é decorrente do maior volume de recursos captados de terceiros.

Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Como resultado dos fatores acima expostos, nosso prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 1.467 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 16.219 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Imposto de Renda e da Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social no período passou de R\$ 409 mil, em 31 de dezembro de 2010, para R\$ 5.018 mil em 31 de dezembro de 2011. Esta variação está relacionada ao prejuízo apurado nos períodos. A taxa efetiva não apresentou variação significativa, sendo de 30,9% em 2011 contra 27,88% em 2010.

Prejuízo Líquido do Período

Em decorrência dos fatores acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia teve um prejuízo líquido de R\$ 11.201 mil, que representa um aumento de R\$ 10.143 mil em comparação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, em que o prejuízo líquido foi de R\$ 1.058 mil.

Comparação das nossas demonstrações de resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos resultados da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (valores expressos em milhares de reais).

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita operacional líquida	172.412	84.576
Custos dos serviços prestados	(93.572)	(76.818)
Lucro bruto	<u>78.840</u>	<u>7.758</u>
Despesas (receitas) operacionais:		
Gerais e administrativas	(14.412)	(5.274)
Honorários da administração	(1.135)	(209)
Outras receitas operacionais, líquidas	10	-
	<u>(15.537)</u>	<u>(5.483)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	<u>63.303</u>	<u>2.275</u>
Despesas financeiras	(65.189)	(7.800)
Receitas financeiras	419	144
	<u>(64.770)</u>	<u>(7.656)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(1.467)</u>	<u>(5.381)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(372)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	781	1.470
	<u>409</u>	<u>1.470</u>
Prejuízo do exercício	<u>(1.058)</u>	<u>(3.911)</u>

Receita Operacional Líquida

A Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$ 172.412 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 que corresponde a um aumento de R\$ 87.836 mil, ou 103,85%, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em que a receita líquida foi de R\$ 84.576 mil.

Do total de receita líquida tem-se:

- R\$ 147.120 mil foi resultado da arrecadação de pedágio em 2010, contra R\$ 31.704 mil em 2009. Convém destacar que de abril a novembro de 2009 apenas a praça de pedágio de Areiópolis estava em funcionamento. As demais iniciaram a operação no dia 17/11/2009;
- R\$ 37.478 mil foi resultado das receitas de construção em 2010, contra R\$ 55.259 mil em 2009;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- R\$ 520 mil foi resultado das receitas acessórias no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, contra R\$ 14mil em 2009;
- R\$ 12.706 mil foi resultado do pagamento de impostos (ISS, PIS e COFINS) sobre a receita de pedágio e receita acessória, em 2010, contra R\$ 2.401 mil em 2009.

Custos dos Serviços Prestados

A Companhia registrou custos de serviços prestados de R\$ 93.572 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2010, que corresponde a um aumento de R\$ 16.754 mil, ou 21,81%, em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, em que os custos foram de R\$ 76.818 mil.

Esta variação nos custos dos serviços prestados corresponde, principalmente, a:

- R\$ 6.652 mil em despesas com pessoal, pois em 2009 as equipes foram contratadas apenas em setembro, e em 2010 há um exercício social completo com as equipes formadas. O mesmo vale para as despesas com prestação de serviços, ônus variável e manutenção e conservação da infraestrutura concedida que variaram, respectivamente, R\$12.066 mil, R\$ 3.477 mil e R\$ 5.203 mil;
- os valores acima foram parcialmente compensados pelos custos com serviços de construção, que variaram negativamente em R\$ 17.781 mil, conforme comentado no tópico Receita Operacional Líquida. Esses serviços de construção são relacionados às obras previstas no Contrato de Concessão. Não há margem de lucro em tais serviços.

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 14.412 mil, enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 essas despesas foram de R\$ 5.274 mil, ou seja, um aumento de R\$ 9.138 mil devido ao início da concessão ser em abril de 2009 e a plena operação apenas em novembro de 2009.

Honorários de Administração

Os honorários da administração aumentaram R\$ 926 mil, passando de R\$ 209 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 1.135 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Essa variação ocorreu em função da remuneração da diretoria pela concessionária ter sido iniciada apenas em setembro de 2009.

Outras Receitas Operacionais

Não houve variação significativa nos exercícios comparados.

Lucro Antes de Resultado Financeiro

O lucro da Companhia antes de resultado financeiro aumentou R\$ 61.028 mil, passando de R\$ 2.275 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 63.303 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, em função dos eventos explicados acima.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras da Companhia aumentaram R\$ 275 mil, passando de R\$ 144 mil no ano de 2009 para R\$ 419 mil em 2010. Este aumento ocorreu, principalmente, pela aplicação do excesso de caixa captado ao longo do ano.

Despesas Financeiras

A Companhia registrou, em 2010, despesas financeiras no montante de R\$ 65.189 mil que corresponde a um crescimento de R\$ 57.389 mil em relação a 2009, em que as despesas financeiras totalizaram R\$ 7.800 mil. O crescimento desse resultado ocorreu, pois no período compreendido entre abril e novembro de 2009 a Companhia estava em período pré-operacional, onde as despesas financeiras eram capitalizadas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Como resultado dos fatores acima expostos, nosso prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social passou de R\$ 5.381 mil em 2009 para R\$ 1.467 mil em 2010, representando uma diminuição de R\$ 3.914 mil.

Imposto de Renda e da Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social no período passou de R\$ 1.470 mil, em 31 de dezembro de 2009, para R\$ 409 mil, em 31 de dezembro de 2010. Este acréscimo deve-se, principalmente, à diminuição do prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, conforme descrito nos tópicos acima.

Prejuízo Líquido do Exercício

Em decorrência dos fatores acima expostos, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Companhia teve um prejuízo líquido de R\$ 1.058 mil, que representa um decréscimo de R\$2.853 mil em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, em que o prejuízo líquido foi de R\$ 3.911 mil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**BALANÇO PATRIMONIAL**Comparação das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 (valores expressos em milhares de reais).

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	27.347	75.125
Contas a receber	13.625	11.385
Despesas antecipadas	874	1.162
Outros ativos	3.038	601
	<u>44.884</u>	<u>88.273</u>
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.269	2.251
Despesas antecipadas	246	-
Imobilizado	6.515	1.641
Intangível	733.510	715.845
	<u>747.540</u>	<u>719.737</u>
Total do ativo	<u>792.424</u>	<u>808.010</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	21.249	9.922
Empréstimos e financiamentos	481.438	449.472
Credor pela concessão	539	391
Obrigações tributárias	2.920	2.118
Obrigações trabalhistas	3.505	2.125
Provisões	23.248	84.744
Outros passivos	275	20
	<u>533.174</u>	<u>548.792</u>
Não circulante		
Provisões	10.484	6.525
Mútuos a pagar a partes relacionadas	38.195	34.057
Outros passivos	3.163	27
	<u>51.842</u>	<u>40.609</u>
Total do passivo	<u>585.016</u>	<u>589.401</u>
Patrimônio líquido		
Capital social subscrito	223.578	240.000
Capital social a integralizar	0	(16.422)
Capital social integralizado	223.578	223.578
Prejuízos acumulados	(16.170)	(4.969)
Total do patrimônio líquido	<u>207.408</u>	<u>218.609</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>792.424</u>	<u>808.010</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 27.347 mil em 31 de dezembro de 2011, um decréscimo de R\$ 47.778 mil se comparado ao total em 31 de dezembro de 2010, que era de R\$ 75.125 mil. Vide comentários sobre a variação do fluxo de caixa.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2011, a Concessionária registrou R\$ 13.625 mil em contas a receber, um aumento de 19,68% em relação ao valor de R\$ 11.385 mil registrado em 31 de dezembro de 2010. Esta variação decorre do aumento da receita com arrecadação de pedágios eletrônicos. A tabela abaixo mostra a composição desses saldos (valores expressos em milhares de reais):

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico a receber	11.727	9.716
Cartões de pedágio a receber	391	769
Valores em trânsito	1.507	900
	<u>13.625</u>	<u>11.385</u>

Despesas Antecipadas:

Em 31 de dezembro de 2011, a Concessionária registrou R\$ 874 mil em despesas antecipadas, gerando um decréscimo de R\$ 288 mil ou 24,78% do valor registrado em 31 de dezembro de 2010, que totalizou R\$ 1.162 mil. O decréscimo mencionado é oriundo dos menores prêmios pagos aos seguros relacionados aos riscos operacionais, aos riscos de engenharia e às garantias sobre arrecadação que são pagos à vista e apropriados no resultado pelo tempo de vigência da apólice.

Outros Ativos:

Nesta rubrica estão contabilizados os outros ativos da Concessionária, principalmente tributos retidos na fonte e adiantamento a fornecedores. O aumento está relacionado ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre rendimentos de aplicação financeira auferidos em 2011, cujo saldo a recuperar em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 3.038 mil, contra R\$ 601 mil em 31 de dezembro de 2010.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

O imposto de renda e contribuição social diferidos registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 7.269 mil, ou seja, um aumento de R\$ 5.018 mil, ou 222,92% do valor registrado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 2.251 mil. Este aumento deve-se ao maior volume de diferenças temporárias, principalmente aquelas derivadas da adoção dos CPCs e normas de IFRS e aos tributos diferidos registrados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados em 2011.

Imobilizado

No ativo imobilizado apenas são contabilizados os bens de uso próprio da Concessionária, ou seja, bens que não serão revertidos ao poder concedente ao final da concessão. Estes bens são praticamente equipamentos de informática e mobiliário, além da nova sede finalizada em janeiro de 2012. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 6.515 mil, contra R\$ 1.641 mil em 31 de dezembro de 2010. A variação deve-se, principalmente, a construção da nova sede administrativa na Rodovia SP-308 – Comendador Mario Dedini.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Intangível

No ativo intangível são contabilizados todos os direitos de uso e exploração, adquiridos pela Concessionária no início da Concessão, via pagamento de outorga ou obrigações contratuais de investimento. A tabela abaixo demonstra a composição do ativo intangível (valores expressos em milhares de reais):

	31/12/2011			31/12/2010
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	542.244	(19.794)	522.450	532.050
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	96.036	(3.874)	92.162	104.051
Serviços de construção	113.233	(1.869)	111.343	71.717
Outros	7.155	(276)	6.879	7.432
Direito de uso de software	901	(255)	646	595
	759.569	(26.059)	733.510	715.845

O aumento de R\$ 17.665 mil no saldo líquido do ativo intangível ocorreu, substancialmente, pela conclusão de obras, tais como acostamentos e início de outras como o Contorno de Piracicaba e a Duplicação da SP-101, tendo sido adicionado no item Serviços de Construção o valor de R\$ 40.381 mil. Adicionalmente, esse impacto foi minimizado pela amortização do período no valor de R\$ 12.486 mil e baixa de R\$ 10.428 mil em função da revisão da estimativa da provisão para investimentos em rodovias, no passivo circulante, cujo ajuste foi registrado, conforme previsto na OCPC05, em contrapartida do ativo intangível.

Fornecedores e Prestadores de Serviços

Em 31 de dezembro de 2011, as contas a pagar a fornecedores totalizaram R\$ 21.249 mil, um aumento de R\$ 11.327 mil se comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2010, que foi de R\$ 9.922 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, pelo início das grandes obras como o Contorno de Piracicaba e as duplicações da SP-101 e SP-308.

Empréstimos e Financiamentos

A variação ocorre, substancialmente, pela alteração do principal das notas promissórias. Em dezembro de 2011, a Companhia emitiu a terceira série de Notas Promissórias no montante de R\$ 484.200 mil. Já em dezembro de 2010 foi emitida a primeira série de notas promissórias, cujo principal era de R\$ 450.000 mil. Os saldos a pagar estão registrados líquidos das custas da transação, que serão apropriadas ao resultado pela taxa efetiva.

Credor pela Concessão

Desde outubro de 2010, com a quitação da outorga fixa, o único valor devido pela Concessionária ao poder concedente é a outorga variável, calculada em 3% sobre as receitas de pedágio e acessórias a ser paga no mês subsequente à arrecadação. Em 31 de dezembro de 2011, o valor devido era de R\$ 539 mil, contra R\$ 391 mil em 31 de dezembro de 2010.

Obrigações Tributárias

Referem-se aos tributos retidos sobre notas fiscais emitidas por terceiros e que serão repassados à Federação, Estados e Municípios. Em 31 de dezembro de 2011 este valor era de R\$ 2.920 mil, cuja variação ocorre pelo início das grandes obras, comparando-se a 31 de dezembro de 2010, quando o valor devido era de R\$ 2.118 mil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Obrigações Trabalhistas

Referem-se às obrigações com décimo terceiro salário, férias, encargos trabalhistas e participação nos resultados. Em 31 de dezembro de 2011, o valor contabilizado era de R\$ 3.505 mil, sendo 64,94% maior que 31 de dezembro de 2010, que apresentava um saldo de R\$ 2.125 mil. Esta diferença ocorre em função de: (i) provisão para participação nos resultados e pagamento de bônus aos colaboradores, constituída em 2010, no valor de R\$ 839 mil, e liquidada em 2011, segundo acordo coletivo assinado pela concessionária junto ao sindicato. O referido acordo teve validade de um ano a partir de 1º de janeiro de 2010, podendo ser renovado mediante concordância das partes. Em 31 de dezembro de 2011, o valor constituído foi de R\$ 2.025 mil a ser pago em 2012; e (ii) incremento na provisão de férias e respectivos encargos no valor de R\$ 1.480 mil.

Provisões

Com a aplicação do ICPC-01, a Companhia registrou em seu passivo de curto e longo prazo provisões para investimento e manutenção de rodovias. Estas provisões são baseadas nas obrigações firmadas com o Poder Concedente, no momento da assinatura do Contrato de Concessão. Além disso, são constituídas provisões para demandas judiciais.

A tabela abaixo demonstra a natureza de cada uma das provisões (valores expressos em milhares de reais):

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para demandas judiciais	1.480	42
Provisão para investimentos em rodovias	28.085	88.513
Provisão para manutenção em rodovias	<u>4.167</u>	<u>2.714</u>
	33.732	91.269
Parcela classificada no passivo circulante	<u>(23.248)</u>	<u>(84.744)</u>
Não circulante	<u>10.484</u>	<u>6.525</u>

A redução nas provisões está relacionada ao pagamento da provisão para investimentos no montante de R\$ 56.989 mil e reversão da provisão no montante de R\$ 10.428 mil em função da revisão da estimativa para liquidar a obrigação presente, registrada em contrapartida do ativo intangível. Adicionalmente, esse efeito foi minimizado pelo registro da atualização monetária e reversão do AVP sobre a provisão para investimentos no montante de R\$ 6.990 mil, complemento da provisão para manutenção de R\$ 1.453 mil para restauração da malha viária, conforme previsto no Contrato de Concessão; e complemento da provisão para demandas judiciais de R\$ 1.438 mil em função de novos processos trabalhistas com perdas prováveis.

Mútuos a Pagar com Partes Relacionadas

Em agosto de 2010 foram assinados com os acionistas contratos de mútuos no valor de R\$ 32.900 mil, com vencimento indeterminado e remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2011, o valor contabilizado nesta rubrica era de R\$ 38.195 mil, contra R\$ 34.057 mil em 31 de dezembro de 2010. Esta variação de R\$ 4.138 mil refere-se exclusivamente à atualização dos juros sobre o saldo principal.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido diminuiu 5,12% ou R\$ 11.201 mil, passando de R\$ 218.609 mil em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 207.048 mil em 31 de dezembro de 2011. Esta diminuição ocorreu pelo prejuízo reconhecido no período.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais geraisComparação das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 (valores expressos em milhares de reais).

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	75.125	9.359
Contas a receber	11.385	8.160
Despesas antecipadas	1.162	3.348
Outros ativos	601	742
	<u>88.273</u>	<u>21.609</u>
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.251	1.470
Imobilizado	1.641	1.178
Intangível	715.845	689.690
	<u>719.737</u>	<u>692.338</u>
Total do ativo	<u>808.010</u>	<u>713.947</u>
	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	9.922	8.487
Empréstimos e financiamentos	449.472	191.331
Credor pela concessão	391	238.176
Obrigações tributárias	2.118	2.930
Obrigações trabalhistas	2.125	877
Provisões	84.744	9.500
Outros passivos	20	417
	<u>548.792</u>	<u>451.718</u>
Não circulante		
Provisões	6.525	80.962
Mútuos a pagar a partes relacionadas	34.057	-
Outros passivos	27	-
	<u>40.609</u>	<u>80.962</u>
Total do passivo	<u>589.401</u>	<u>532.680</u>
Patrimônio líquido		
Capital social subscrito	240.000	189.000
Capital social a integralizar	(16.422)	(3.822)
Capital social integralizado	223.578	185.178
Prejuízos acumulados	(4.969)	(3.911)
Total do patrimônio líquido	<u>218.609</u>	<u>181.267</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>808.010</u>	<u>713.947</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 75.125 mil em 31 de dezembro de 2010, um acréscimo de R\$ 65.766 mil se comparado ao total em 31 de dezembro de 2009 que era de R\$ 9.359 mil. O principal fator que contribuiu para este aumento foi a emissão, em dezembro de 2010, das Notas Promissórias no valor de R\$ 450.000 mil utilizadas para quitar o empréstimo-ponte e financiar os investimentos em infraestrutura no primeiro semestre de 2011. Vide comentários sobre a variação do fluxo de caixa.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2010, a Concessionária registrou R\$ 11.385 mil em contas a receber, um aumento de 39,52% em relação ao valor de R\$ 8.160 mil registrado em 31 de dezembro de 2009. Esta variação decorre do aumento da receita com arrecadação de pedágios eletrônicos. A tabela abaixo mostra a composição desses saldos (valores expressos em milhares de reais):

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Pedágio eletrônico a receber	9.716	7.630
Cartões de pedágio a receber	769	169
Valores em trânsito	900	361
	<u>11.385</u>	<u>8.160</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas Antecipadas

Em 31 de dezembro de 2010, a Concessionária registrou R\$ 1.162 mil em despesas antecipadas que representa uma redução de R\$ 2.186 mil do valor registrado em 31 de dezembro de 2009, que totalizou R\$ 3.348 mil. A redução mencionada é oriunda, principalmente, do seguro garantia sobre o pagamento da outorga fixa, que existia em 2009 e com a quitação da obrigação em outubro de 2010 deixou de existir.

Outros Ativos

Nesta rubrica estão contabilizados os outros ativos da Concessionária, principalmente tributos retidos na fonte e adiantamento a fornecedores.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 2.251 mil, ou seja, um aumento de R\$ 781 mil, ou 53,13%, do valor registrado em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 1.470 mil. Este aumento deve-se ao maior volume de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2010 em relação a 31 de dezembro de 2009, bem como aos tributos diferidos registrados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados em 2011.

Imobilizado

No ativo imobilizado apenas são contabilizados os bens de uso próprio da Concessionária, ou seja, bens que não serão revertidos ao poder concedente ao final da concessão. Estes bens são praticamente equipamentos de informática e mobiliário. O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$1.641 mil contra R\$ 1.178 mil em dezembro de 2009.

Intangível

No ativo intangível são contabilizados todos os direitos de uso e exploração, adquiridos pela Concessionária no início da Concessão, via pagamento de outorga ou obrigações contratuais de investimento. A tabela abaixo demonstra a composição dos ativos intangíveis (valores expressos em milhares de reais):

	31/12/2010			31/12/2009
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	542.244	(10.194)	532.050	538.991
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	106.046	(1.995)	104.051	105.488
Serviços de construção	72.872	(1.155)	71.717	37.454
Outros	7.574	(142)	7.432	7.529
Direito de uso de software	703	(108)	595	228
	729.439	(13.594)	715.845	689.690

O aumento de R\$ 26.155 mil no saldo líquido do ativo intangível ocorreu, substancialmente, pela conclusão das obras, tais como acostamentos, SAUs e projetos de duplicação e início de outras como o Contorno de Piracicaba, tendo sido adicionado no item Serviços de Construção o valor de R\$ 35.192 mil. Adicionalmente, esse impacto foi minimizado pela amortização do período no valor de R\$ 9.497 mil.

Fornecedores e Prestadores de Serviços

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a pagar a fornecedores totalizaram R\$ 9.922 mil, um aumento de R\$ 1.435 mil se comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2009, que foi de R\$ 8.487 mil. Este aumento ocorreu, principalmente, pelo início das obras de acostamento e recapeamento das rodovias concedidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2010, os empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia totalizaram R\$ 449.472 mil, um acréscimo de R\$ 258.141 mil se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2009, que era de R\$ 191.331 mil. Este aumento é explicado, principalmente pela emissão, em dezembro de 2011, das Notas Promissórias Comerciais de Primeira Emissão no valor de R\$ 450.000 mil, que foram utilizadas para quitar o empréstimo ponte para pagamento da outorga fixa ao Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de empréstimos corresponde ao valor utilizado do empréstimo-ponte.

Credor pela Concessão

Em outubro de 2010, com a quitação da outorga fixa, o único valor devido pela Concessionária ao poder concedente passou a ser a outorga variável que é calculada com 3% sobre as receitas de pedágio e acessórias a ser paga no mês subsequente a arrecadação. Em 31 de dezembro de 2010, o valor devido era de R\$ 391 mil, contra R\$ 368 mil em 31 de dezembro de 2009. Porém, no exercício encerrado em 2009 havia ainda 10 parcelas a serem pagas a título de outorga fixa, que contabilizava R\$ 237.808 mil.

Obrigações Tributárias

Referem-se aos tributos retidos sobre notas fiscais emitidas por terceiros e que serão repassados à Federação, Estados e Municípios. Em 31 de dezembro de 2010, este valor era de R\$ 2.118 mil, com uma variação de 27,71% comparando-se a 31 de dezembro de 2009, quando o valor devido era de R\$ 2.930 mil.

Obrigações Trabalhistas

Referem-se às obrigações com décimo terceiro salário, férias, encargos trabalhistas e participação nos resultados. Em 31 de dezembro de 2010, o valor contabilizado era de R\$ 2.125 mil, sendo 142,3% maior que 31 de dezembro de 2009 que apresentava um saldo de R\$ 877 mil. Esta diferença ocorreu, pois as provisões trabalhistas de 2009 começaram a ser constituídas em setembro daquele ano com o início do processamento da folha de pagamento. Anteriormente os funcionários eram terceirizados ou pertenciam aos quadros de funcionários dos acionistas.

Provisões

Com a aplicação do ICPC-01, a Companhia registrou em seu passivo de curto e longo prazo provisões para investimento e manutenção de rodovias. Estas provisões são baseadas nas obrigações firmadas com o Poder Concedente no momento da assinatura do Contrato de Concessão. Além disso, são constituídas provisões para demandas judiciais.

A tabela abaixo demonstra a natureza de cada uma das provisões (valores expressos em milhares de reais):

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Provisão para demandas judiciais	42	-
Provisão para investimentos em rodovias	88.513	89.503
Provisão para manutenção em rodovias	<u>2.714</u>	<u>959</u>
	91.269	90.462
Parcela classificada no passivo circulante	<u>(84.744)</u>	<u>(9.500)</u>
Não circulante	<u>6.525</u>	<u>80.962</u>

A redução nas provisões está relacionada ao pagamento da provisão para investimentos no montante de R\$ 9.500 mil. Adicionalmente, esse efeito foi minimizado pelo registro da atualização monetária e reversão do AVP sobre a provisão para investimentos no montante de R\$ 8.510 mil, complemento da provisão para manutenção de R\$ 1.755 mil para restauração da malha viária, conforme previsto no Contrato de Concessão; e constituição de provisão para demandas judiciais no valor de R\$ 42 mil em função de novos processos trabalhistas com perdas prováveis.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Mútuos a Pagar com Partes Relacionadas

Em agosto de 2010 foram assinados com os acionistas contratos de mútuos no valor de R\$ 32.900 mil, com vencimento indeterminado e remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2010, o valor contabilizado nesta rubrica era de R\$ 34.057 mil. Em 31 de dezembro de 2009, não havia este tipo de operação.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 20,60% ou R\$ 37.342 mil, passando de R\$ 181.267 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 218.609 mil em 31 de dezembro de 2010. Este aumento ocorreu por dois fatores:

- aumento do capital social integralizado (R\$ 38.400 mil) passando de R\$ 185.178 mil em 31 de dezembro de 2009 para R\$ 223.578 mil em 31 de dezembro de 2010;
- aumento do prejuízo acumulado em R\$ 1.058 mil, em virtude do resultado do exercício.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Comparação das demonstrações do fluxo de caixa condensada durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração do fluxo de caixa da Companhia durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (valores expressos em milhares de reais).

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	42.690	60.978
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(45.788)	(24.979)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(44.680)</u>	<u>29.767</u>
Acréscimo / Decréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	(47.778)	65.766
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>75.125</u>	<u>9.359</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u><u>27.347</u></u>	<u><u>75.125</u></u>

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$ 42.690 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, o que representa uma redução de R\$ 18.288 mil quando comparado ao caixa de R\$ 60.978 mil no mesmo período de 2010. Esta redução é resultado principalmente do maior prejuízo do período, R\$ 11.201 mil em 2011 e R\$ 1.058 mil em 2010 e da maior variação monetária sobre o ônus fixo da concessão no valor de R\$ 10.481 mil.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa aplicado nas atividades de investimento é representado principalmente por investimentos na infraestrutura concedida. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, houve um caixa utilizado de R\$ 45.788 mil, enquanto que no mesmo período de 2010 estes investimentos totalizaram R\$ 24.979 mil. Esta variação de R\$ 20.809 mil deve-se, principalmente à ao início do recapeamento da SP-300, SP-101 e SP-308, além das obras do Contorno de Piracicaba.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou (R\$ 47.778 mil) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, enquanto que no mesmo período do ano anterior totalizou R\$ 29.767 mil. Esta diferença ocorreu, pois em dezembro de 2010 emitiu-se a primeira série de notas promissórias no valor de R\$ 450.000 mil para quitação do empréstimo ponte e financiamento do CAPEX durante 2011. Já em dezembro de 2011 a foi emitida a terceira série de notas promissórias no valor de R\$ 484.200 mil que foi utilizado para quitar a segunda série de notas promissórias. Porém, em 2011, houve o pagamento, em junho e dezembro dos juros da primeira e segunda emissão de notas promissórias no valor aproximado de R\$ 75.000 mil que contribuíram para a variação no fluxo de caixa das atividades de financiamento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das demonstrações de fluxo de caixa condensada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração do fluxo de caixa da Companhia durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 (valores expressos em milhares de reais).

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	60.978	568
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(24.979)	(67.260)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>29.767</u>	<u>76.051</u>
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	65.766	9.359
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>9.359</u>	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u><u>75.125</u></u>	<u><u>9.359</u></u>

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$ 60.978 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2010, o que representa um aumento de R\$ 60.410 mil quando comparado ao caixa utilizado de R\$ 568 mil no mesmo período de 2009. Esta redução é resultado principalmente dos juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, R\$ 41.453 mil em 2010 e R\$ 3.038 mil em 2009.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa aplicado nas atividades de investimento é representado principalmente por investimentos na infraestrutura concedida. No período encerrado em 31 de dezembro de 2010, houve um caixa utilizado de R\$ 24.979 mil, enquanto no mesmo período de 2009 estes investimentos totalizaram R\$ 67.260 mil. Esta variação de R\$ 42.421 mil deve-se, principalmente às obras realizadas no início da concessão como o programa intensivo inicial e a construção das praças de pedágio.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa líquido originado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 29.767 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2010. No mesmo período do ano anterior, o caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento foi significativamente maior, totalizando R\$ 76.051 mil. Esta diferença ocorreu, pois em 2009 houve além de oito parcelas da outorga fixa, o pagamento de 20% à vista conforme contrato de concessão. Para o pagamento desses valores foi necessária maior captação de capital próprio e de terceiros.

10.2.**a) Resultados das operações da Companhia:****i. descrições de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em abril de 2009, por meio da cobrança de pedágio dos usuários das rodovias. Nos últimos exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 a receita líquida da Companhia superou seus custos operacionais e despesas gerais e administrativas, apresentando lucro operacional no período.

As receitas de pedágio que provêm do sistema de arrecadação manual são recebidas por meio de 3 (três) meios de pagamento, (i) a saber, à vista, por meio de dinheiro e cheque, (ii) de Cartão Visa Vale Pedágio e (iii) Cupom DBTRANS. As duas últimas modalidades de pagamento com prazo de recebimento de até 30 dias. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, 47% das receitas de pedágio da Companhia procederam dos pagamentos à vista, 3 % do Cartão Visa Vale Pedágio e 1% do Cupom DBTRANS, enquanto que no período findo em 31 de dezembro de 2010, 48 % da receita teve origem nos pagamentos à vista, 1 % no Cartão Visa Vale Pedágio e 3 % no Cupom DBTRANS.

As receitas de pedágio provenientes do AVI (*Automatic Vehicle Identification*), também conhecido como “Sem Parar”, são recebidas em até 45 (quarenta e cinco) dias. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, 49% da receita de pedágio da Companhia procedeu do sistema AVI, enquanto que no período findo em 31 de dezembro de 2011, 48% da receita teve essa origem.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*Reajustes das tarifas de pedágio*

As tarifas de pedágio cobradas são um dos fatores fundamentais que influenciam a receita bruta de serviços da Companhia. De acordo com o Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente, em 1º de julho, em função da variação acumulada do IPCA no período de 12 meses que vai de 1º de junho do ano anterior até 31 de maio do ano correspondente. O reajuste em função do IPCA aplicado na tarifa adotada pela Companhia no último ano foi de 6,55%.

Adicionalmente, as tarifas vigentes nas praças de pedágio localizadas em rodovias de pista simples são reajustadas para tarifas de pista dupla, quando a concessionária termina as obras de duplicação no trecho de abrangência do referido pedágio.

Crescimento do Tráfego de Veículos e o Crescimento do PIB

O negócio da Companhia é diretamente associado à evolução e crescimento da economia. A Companhia acredita que a evolução do tráfego em suas rodovias acompanhará futuros crescimentos reais do PIB brasileiro.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Durante o exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentou aumento de receita em virtude do aumento das tarifas de pedágio, conforme Contrato de Concessão. O reajuste das tarifas de pedágio aconteceu no mês de julho, sendo de 5,2 %, conforme variação acumulada do IPCA, de junho de 2008 até maio de 2009.

Durante o exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou aumento de receita em virtude do aumento das tarifas de pedágio, conforme Contrato de Concessão. O reajuste das tarifas de pedágio aconteceu no mês de julho, sendo de 5,2%, conforme variação acumulada do IPCA, de junho de 2009 até maio de 2010.

Durante o último exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou aumento de receita em virtude do aumento das tarifas de pedágio, conforme Contrato de Concessão. O reajuste das tarifas de pedágio aconteceu no mês de julho, sendo de 6,55%, conforme variação acumulada do IPCA, de junho de 2010 até maio de 2011.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

- c) **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

A Companhia não possui nem possuiu participação societária em qualquer sociedade.

c) Eventos ou operações não usuais:

A Companhia não efetuou nenhuma operação não usual no último exercício social que tenha impactado seus resultados operacionais.

10.4.

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Conformidade com normas internacionais de contabilidade – IFRS – Lei nº 11.638 e Lei nº 11.941.

Em virtude de a Companhia ter iniciado sua operação no ano de 2009, suas demonstrações financeiras já foram elaboradas com base na Lei nº 11.638, que alterou a Lei das Sociedades por Ações, com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes no IFRS e permitir que novas normas e procedimentos contábeis, emitidos por entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, sejam adotados, no todo ou em parte, pela CVM.

Através da Deliberação CVM nº 626/10, a CVM alterou o art. 4º da Deliberação nº 603/09, no sentido de prever que a faculdade de utilizar as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009 também é aplicável às demonstrações intermediárias e completas elaboradas para fins de atendimento às disposições da lei societária e às demonstrações especialmente elaboradas para fins de registro na CVM (Instrução CVM nº 480/09).

As presentes demonstrações financeiras padronizadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Como a Companhia iniciou suas atividades operacionais em abril de 2009, não sofreu efeito de alterações em prática contábeis, pois as demonstrações financeiras já foram publicadas refletindo as normas e práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2009.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

O parecer do auditor independente relativo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 (i) não possui ressalvas e (ii) possui 1 (uma) ênfase: *“Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e prejuízo apurado no exercício social findo naquela data. Conforme comentado na Nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a liquidação das notas promissórias depende do sucesso na obtenção de recursos financeiros de longo prazo. Adicionalmente, conforme também mencionado nessa nota explicativa, o empreendimento proporcionará diversas melhorias viárias, com orçamento significativo previsto para os próximos anos, cuja execução dependerá substancialmente dos recursos de longo prazo a serem obtidos e de eventual aporte de capital por parte dos acionistas. A recuperação dos valores investidos no ativo imobilizado e intangível, além de outros ativos não circulantes, depende do êxito do Projeto e da consequente geração de resultados positivos futuros.”*

Tal parecer enfatizou que a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 488 milhões, principalmente, pela emissão da TERCEIRA série de notas promissórias no montante de R\$ 484 milhões, que será liquidada com a obtenção dos recursos financeiros de longo prazo.

Ademais, o parecer dos auditores independentes também descreveu que a Companhia apurou prejuízos em suas operações além do excesso de passivos sobre ativos circulantes, conforme demonstrado acima. Entretanto, conforme o referido documento, o empreendimento proporcionará diversas melhorias viárias, com investimentos significativos previstos para os próximos anos, cuja execução dependerá substancialmente dos recursos de longo prazo a serem obtidos junto ao mercado. A obtenção destes recursos possibilitará à Companhia equalizar a diferença entre o ativo e o passivo circulante e, com a conclusão dos principais investimentos, passará a aferir resultados positivos.

Além disso, o parecer dos auditores independentes ressalta que enquanto o volume de operações não for suficiente para suportar as despesas operacionais, financeiras e de investimentos, a Companhia dependerá de recursos financeiros provenientes de seus acionistas ou de terceiros para a liquidação destas obrigações. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas, sendo que a opinião dos auditores não está ressalvada em função desse assunto.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Por último, o parecer ressalta que foram revisadas as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão e, com base na opinião dos auditores independentes, foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

O parecer do auditor independente relativo aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 (i) não possui ressalvas e (ii) possui 1 (uma) ênfase: *“Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes. Conforme comentado na Nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a liquidação das notas promissórias depende da obtenção de financiamentos de longo prazo os quais estão em processo de negociação com bancos. Adicionalmente, conforme também mencionado nessa nota explicativa, o empreendimento proporcionará diversas melhorias viárias, com orçamento significativo previsto para os próximos anos, cuja execução dependerá de aporte de capital dos acionistas e também de novos financiamentos. A recuperação dos valores investidos no ativo imobilizado e intangível depende do êxito do projeto e da consequente geração de resultados futuros positivos”*.

Esse documento, emitido em 25 de abril de 2011, sobre as demonstrações financeiras especiais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, enfatizou que a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$461 milhões e R\$430 milhões, em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2010 a variação é explicada, principalmente, pela emissão da primeira de três séries de notas promissórias, no montante de R\$ 450 milhões, que serão liquidadas com a obtenção dos recursos financeiros de longo prazo. Já em 31 de dezembro de 2009, a variação ocorreu, pela existência do empréstimo ponte, no valor de R\$357 milhões, utilizado para pagamento da outorga fixa ao poder concedente. Este empréstimo foi quitado em dezembro de 2010 via primeira série de notas promissórias.

O mesmo parecer, também, descreveu que a Companhia apurou prejuízos em suas operações além do excesso de passivos sobre ativos circulantes, conforme demonstrado acima. Entretanto, conforme comentado no parecer dos auditores, o empreendimento proporcionará diversas melhorias viárias, com investimentos significativos previstos para os próximos anos, cuja execução dependerá substancialmente dos recursos de longo prazo a serem obtidos junto ao mercado. A obtenção destes recursos possibilitará à Companhia equalizar a diferença entre o ativo e o passivo circulante e, com a conclusão dos principais investimentos, passará a aferir resultados positivos.

Além disso, o parecer dos auditores independentes ressalta que enquanto o volume de operações não for suficiente para suportar as despesas operacionais, financeiras e de investimentos, a Companhia dependerá de recursos financeiros provenientes de seus acionistas ou de terceiros para a liquidação destas obrigações. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas, sendo que a opinião dos auditores não está ressalvada em função desse assunto.

Por último, o parecer ressalta que foram revisadas as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão e, com base na opinião dos auditores independentes, foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mudanças significativas nas práticas contábeis

Como a Companhia iniciou suas operações no exercício de 2009, as demonstrações financeiras já foram elaboradas com base na Lei nº 11.638, que alterou a Lei das Sociedades por Ações, para atualizar a legislação societária brasileira possibilitando a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes no IFRS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 bem como a reapresentação das demonstrações

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram as primeiras apresentadas pela Companhia e já seguindo as orientações presentes nos CPC's.

As práticas contábeis da Companhia sofreram alterações conforme orientações da ICPC01 e OCPC05. As principais mudanças foram:

- Dispêndios relacionados à infraestrutura concedida deixam de ser registrados como ativo imobilizado e passam a ser registrados como ativo intangível visto que o Contrato de Concessão não transfere ao Concessionário o direito de controle e propriedade da infraestrutura dos bens públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do contrato.

- A Companhia contabiliza as receitas de serviços de construção de acordo com os CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas, em conta de resultado proveniente de receitas de construção, tendo como contrapartida o ativo intangível. Esta receita é calculada com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela administração, com base em premissas devidamente fundamentadas. No caso da Concessionária Rodovias do Tietê esta margem é de 0% (zero por cento) devido ao modelo de contratação das obras adotado.

- Provisão para recuperação da infraestrutura concedida aos níveis máximos de operação antes de revertê-la ao poder concedente com o encerramento do Contrato de Concessão. Essa provisão deve ser reconhecida e medida de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, a Companhia aplicou a exceção obrigatória relevante, não sendo necessária a aplicação de isenções opcionais em relação à aplicação completa. A exceção a esta aplicação foi relativa às estimativas utilizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, pois são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil na ocasião ("BRGAAP").

Outras exceções obrigatórias não se aplicam, pois não ocorreram diferenças significativas entre as demonstrações financeiras – IFRS com relação ao BRGAAP, na reversão de ativos e passivos financeiros. Além disso, não foram aplicadas isenções na elaboração das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro 2010 e 31 de dezembro de 2011.

Com a adoção dos novos CPC's, os custos relacionados à infraestrutura concedida deixam de ser registrados como ativo imobilizado e passam a ser registrados como ativo intangível já que ao final do contrato de concessão toda a infraestrutura concedida é revertida ao Poder Concedente.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Seguem abaixo os principais impactos nas demonstrações financeiras de 2009 e 2010 da Companhia. **As demonstrações financeiras de 2011 já foram elaboradas desde janeiro com base no ICPC01, não sendo possível compará-la com resultados em BRGAAP:**

Balanco Patrimonial (em R\$ MM)		
Descrição	2009	2010
Ativo BRGAAP	626,29	714,70
IR/CS Diferidos	0,36	0,41
Imobilizado	(62,46)	(101,14)
Intangível	149,77	194,04
Ativo ICPC01	713,95	808,01
Passivo BRGAAP	626,29	714,70
Provisões para Investimentos em Rodovias	84,86	91,33
Prejuízos Acumulados	2,80	1,98
Passivo ICPC01	713,95	808,01

Demonstração do Resultado do Exercício (em R\$ MM)		
Descrição	2009	2010
Resultado do Período BRGAAP	(1,11)	(4,05)
Custo dos Serviços Prestados	(2,16)	13,04
Margem de Construção	-	-
AVP - ICPC01	(0,99)	(8,51)
IR/CSLL	0,36	(1,54)
Resultado do Período ICPC01	(3,91)	(1,06)

10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:**

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

- b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:**

O parecer dos auditores independentes não incluiu quaisquer recomendações ou observações relacionadas ao sistema de controle interno da Companhia.

10.7. Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

- a) **Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos):**

Não há qualquer transação para o financiamento de suas operações que não se encontre contabilizada nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

- b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável.

10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:**a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos):**

O Contrato de Concessão assinado junto ao Poder Concedente determina os investimentos que a Companhia precisa realizar, seus prazos e montante estimados. Estas obrigações de investimentos podem ser divididas em três fases:

A primeira fase foi o Programa Intensivo Inicial (PII) que se destinou à adequação das condições de tráfego. As intervenções realizadas nesta fase foram: remoção de detritos, lixo e entulho das plataformas, limpeza geral das pistas, acostamento, canteiros centrais e laterais de faixa de domínio; eeterada e substituição de dispositivos de segurança avariados; poda do revestimento vegetal que esteja prejudicando a sinalização e em locais como praças de pedágio, balanças, postos de polícia e Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU); execução de operação tapa buracos em todas as vias; complementação e limpeza de placas e elementos de sinalização vertical, horizontal e aérea; restauração da sinalização horizontal, com substituição de tachas e tachões; recuperação de placas de sinalização; desobstrução de bueiros e elementos de drenagem superficial; recomposição de defensas e balizadores na aproximação dos encontros das obras de arte especiais; e correção de depressões no pavimento junto às cabeceiras das obras de arte especiais.

A segunda fase iniciou-se em 2010 e engloba os principais investimentos da Companhia durante o prazo de Concessão. Nesta fase destacam-se a construção de 12 SAU's, implantação de acostamentos, instalação de sistema inteligente de gestão de rodovia com câmeras, radares, call box e fibra ótica e, por fim, a construção do Contorno de Piracicaba, as duplicações da SP-101 e SP-308, além da construção de marginais e faixas adicionais.

A terceira fase é uma etapa mais de manutenção do sistema viário concedido e ampliado pela Concessionária. Nesta fase destacam-se os recapeamentos, a troca de sistemas e equipamentos e a substituição de elementos de segurança e sinalização.

No decorrer dos próximos 5 anos a estimativa dos investimentos a serem realizados pela Companhia, em cumprimento ao Contrato de Concessão, é de aproximadamente R\$ 358 milhões, em termos reais, sendo que os custos efetivos podem variar significativamente conforme a evolução do mercado, da inflação e outros fatores.

Para financiar os investimentos, da fase I descrita acima, a Companhia utilizou o caixa gerado das operações, aportes de capital próprio e os financiamentos de curto prazo já contratados. Para a fase II serão obtidos recursos de longo prazo junto ao BNDES e bancos comerciais. E, na fase III, os investimentos serão realizados com recursos próprios, oriundos da arrecadação de pedágio.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A Diretoria acredita que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico em relação à Companhia foram divulgadas nos itens acima.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

11. PROJEÇÕES

A Companhia não adota a prática de divulgar projeções operacionais e financeiras, conforme facultado pelo artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

11. PROJEÇÕES

A Companhia não adota a prática de divulgar projeções operacionais e financeiras, conforme facultado pelo artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

12.1. Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu Estatuto Social e regimento interno:**a) atribuições de cada órgão e comitê**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, uma Diretoria e por seu Conselho Fiscal, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com seu Estatuto Social.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, todos acionistas, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida reeleição.

Compete ao Conselho de Administração, além da orientação geral dos negócios sociais estabelecida por lei e pelo Estatuto Social:

- a) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar suas atribuições, observado o que dispõe o Estatuto Social da Companhia e a lei;
- b) aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados, ou sob análise, e quaisquer outros atos;
- d) convocar a Assembleia Geral, sempre que necessário ou exigido por lei;
- e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia;
- f) deliberar a aquisição pela própria Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, desde que previamente aprovado pelo Poder Concedente;
- g) homologar o plano de auditoria interna;
- h) examinar, opinar e propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos pela Companhia;
- i) elaborar, para sua apresentação à Assembleia Geral, o Plano de Negócios da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;
- j) aprovar previamente à deliberação da Assembleia Geral, a tomada de empréstimos ou financiamentos, bem como a outorga de garantias de qualquer natureza, ou a aprovação de qualquer ato que implique endividamento da Companhia em nível superior ao previsto no Plano de Negócios, submetendo à prévia aprovação do Poder Concedente a contratação de empréstimos ou obrigações com terceiros (i) que tenha como garantia direitos emergentes da Concessão ou ações integrantes do grupo controlador, e (ii) cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão. Garantias de Contratos de Financiamento onde possa ser oferecida em garantia direitos emergentes da Concessão limitar-se-ão ao valor que não comprometa a execução das obras e serviços concedidos. Poderão ser oferecidos em garantia direitos emergentes da Concessão, até o limite em que não se comprometa a execução das obras e serviços concedidos, observadas, para tanto, as disposições contidas nos artigos 28 e 28-A da Lei nº 8.987/95;
- k) indicar o Diretor substituto do Diretor Presidente nos casos de ausência ou impedimento temporário, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia;
- l) alienação ou oneração de quaisquer bens móveis ou imóveis de cujo valor não supere o montante de R\$ 200 mil;
- m) deliberar sobre o aumento do capital social, nos limites do capital autorizado e fixar as condições da emissão de ações e/ou bônus de subscrição, inclusive preço e prazo de integralização; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

n) deliberar sobre o pagamento pela Companhia de juros sobre capital próprio.

Diretoria

A Diretoria da Companhia deve ser composta por 3 (três) Diretores residentes no Brasil, eleitos e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos, sendo um deles o Diretor Presidente, o outro o Diretor Administrativo Financeiro e o outro o Diretor de Relações com Investidores, podendo os mesmos ser demitidos *ad nutum*.

A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, competindo-lhe administrar e gerir especialmente:

- a) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;
- b) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia;
- c) na assinatura de correspondências de assuntos rotineiros;
- d) no endosso de instrumentos (cheques) destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia;
- e) representação da Companhia em juízo;
- f) deliberar a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país;
- g) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- h) assumir obrigações em nome da Companhia até o valor máximo de R\$ 30 mil.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, será composto por 3 (três) membros, e igual número de suplentes, eleitos em Assembleia Geral que deliberar sua instalação.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal será instalado nos exercícios sociais quando houver pedido neste sentido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, sendo eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará os honorários, de acordo com a lei, e estabelecerá o regulamento interno aplicável a tal órgão.

Até a presente data, o Conselho Fiscal não foi instalado.

b) data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete à Diretoria da Companhia representar a Companhia, em juízo ou fora dele, seja ativa ou passivamente, bem como praticar de todos os atos regulares de gestão e os necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitado o disposto na lei e no Estatuto Social, nos limites do Contrato de Concessão.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo Financeiro e o Diretor de Relações com Investidores possuem os seguintes poderes individuais:

Diretor Presidente: Responsável pelas relações externas da Companhia junto aos órgãos governamentais e entidades privadas, coordenando as atividades das áreas de ouvidoria, jurídica, qualidade e de comunicações e mantendo permanentemente informado o Conselho de Administração sobre as atividades da Companhia; além de ser o responsável pelo atendimento das obrigações oriundas do contrato de concessão. Responsável ainda pela coordenação e condução dos assuntos internos e organizacionais da empresa, bem como supervisão das superintendências de Engenharia de Operações e ainda pelas áreas de planejamento e investimento; possuindo, adicionalmente, os seguintes poderes privativos: a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; b) coordenar e orientar as atividades da Diretoria da Companhia; c) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento das operações na Diretoria; e d) exercer outras atribuições atribuídas pelo Conselho de Administração.

Diretor Administrativo Financeiro: Responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros da Companhia, bem como pela administração dos seus recursos humanos, informática, transporte, manutenção, materiais e equipamentos. Responsável ainda pela área de natureza contábil, tributária e de controladoria.

Diretor de Relações com Investidores: Responsável por prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e, se for o caso, mercado de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, sejam nacionais ou internacionais; bem como manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, cumprindo todos os requisitos, legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas, brasileiras ou estrangeiras, no que lhe for aplicável.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos Membros do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:**a) prazos de convocação**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b) competências

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado - SP	18/06/2011
		Jornal Brasil Econômico - SP	20/06/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado e Jornal Brasil Econômico - SP	19/10/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado e Jornal Brasil Econômico - SP	24/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial do Estado e Jornal Brasil Econômico - SP	19/10/2011

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração:**a) frequência das reuniões**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.5 Cláusula compromissória do estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Sebastião Ricardo Carvalho Martins 272.035.656-53 não há	58 Engenheiro Civil	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	14/03/2011 14/03/2011	2 anos Sim
Paulo Jorge Cerqueira Fernandes 233.568.868-51 não há	37 Economista	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	22/08/2011 22/08/2011	2 anos Sim
Alexandre Tujisoki 051.364.688-40 Não há	44 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração	15/03/2011 15/03/2011	2 anos Sim
Reinaldo Bertin 269.958.678-15 não há	67 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2011 15/03/2011	2 anos Sim
Rafael Negrão Rossi 158.439.098-08 não há	41 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/03/2011 15/03/2011	2 anos Sim
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro 000.000.000-00 não há	37 Gestora	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2011 15/03/2011	2 anos Sim
José Renato Ricciardi 036.616.398-11 não há	49 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/03/2011 15/03/2011	2 anos Sim
Mauro Picinato 092.179.358-83 não há	45 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2011 15/03/2011	2 anos Sim
Tiago de Britto Ribeiro Alves Caseiro 000.000.000-00 não há	38 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/03/2011 15/03/2011	2 anos Sim
Augusto José de Melo Faria de Barros	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/03/2011	2 anos

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
000.000.000-00 não há	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2011	Sim
Silmar Roberto Bertin 015.751.668-79 não há	50 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2011 15/03/2011	2 anos Sim
Sérgio Ray Santillan 000.000.000-00 não há	50 Engenheiro aeroespacial	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/03/2011 15/03/2011	2 anos Sim
Natalino Bertin 250.015.238-34 não há	68 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	15/03/2011 15/03/2011	2 anos Sim
Pedro Rache 855.750.037-87	51 Engenheiro Civil	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/10/2011 21/10/2011	2 anos Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Sebastião Ricardo Carvalho Martins - 272.035.656-53

Sebastião Martins é formado em Engenharia Civil com especialização em transportes pela Universidade de São Paulo e Administração de Transportes Intermodais pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalha no setor de infraestrutura há mais de 30 anos com vasta experiência na coordenação de obras cíveis, projetos de engenharia e operação de tráfego, além de inspeção e regulação de concessionárias de rodovias. Atuou, por mais de 5 anos na Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões dos Serviços Públicos no Âmbito da Secretaria dos Transportes do Governo do Estado de São Paulo – SP como Diretor de Operações, fiscalizando 12 (doze) Concessionárias que administram e operam 30 (trinta) Rodovias no Estado de São Paulo. Desde março de 2011 atua como Diretor-Presidente da Concessionária Rodovias do Tietê.

Paulo Jorge Cerqueira Fernandes - 233.568.868-51

Paulo Fernandes é formado em Economia e com especialização em mercado financeiro pela FEP-Portugal. Tem experiência de mais de 10 anos no segmento de concessões português onde ocupou, dentre outros, o cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Ascendi. Apresenta vasta experiência na negociação de operações financeiras e gerenciamento de atividades do setor de concessões. Atua desde março de 2009 como Diretor Administrativo-Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê

Alexandre Tujisoki - 051.364.688-40

Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo, com Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Dom Cabral e MBA em Finanças pela FIPECAFI. Alexandre trabalhou 26 anos no Banco do Brasil em várias posições e assumiu em outubro de 2008 o cargo de Diretor Financeiro da CIBE Participações.

Reinaldo Bertin - 269.958.678-15

-Reinaldo, ao lado de seus irmãos, foi um dos fundadores do Grupo Bertin há mais de 30 anos na cidade de Lins, interior de São Paulo. O Grupo Bertin iniciou suas atividades no segmento de agroindústria e a partir de 2003, expandiu suas operações para os setores de infraestrutura e energia.

Rafael Negrão Rossi - 158.439.098-08

Rafael Rossi é formado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, com mais de 15 anos de experiência no setor de concessões de rodovia. Exerceu inúmeros cargos gerenciais e executivos neste segmento com destaque para Administrador Executivo da Ascendi Concessões de Transportes Portugal, Administrador Executivo da Mota Engil Concessões de Transportes Portugal, Diretor de Project Finance Grupo Mota Engil Portugal. Atualmente é Diretor Presidente da Mota Engil Brasil Participações.

Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro - 000.000.000-00

-Ana Sá Ribeiro foi vice-presidente do grupo Ascendi desde a sua fundação em abril de 2008. Formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa. Ingressou no Grupo BES em 1996, concentrando-se, principalmente, na área de infraestrutura de transportes como líder da equipe de Project Finance. Desde 2007, é Conselheira Executiva da ES Concessões, empresa do Grupo BES voltada para as concessões e parcerias público-privadas em projetos de infraestrutura.

José Renato Ricciardi - 036.616.398-11

-Administrador Delegado da Autostrade per l'Italia para o Brasil desde 2009; Diretor Presidente da concessionária Triângulo do Sol Auto-estradas S/A desde 1998; Diretor Vice-Presidente da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias desde 2007; Graduado em Administração de Empresas com ênfase em Análise de Sistemas pela Universidade de Ribeirão Preto - 1984; MBA em Controladoria e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) - 2001.

Mauro Picinato - 092.179.358-83

-Atualmente é Diretor Presidente da CGR Guataparã desde março de 2011. Foi Diretor Superintendente da Manoel Leão de janeiro de 2008 a fevereiro de 2011 e Diretor Administrativo Financeiro da Engenharia e Construções Carvalho LTDA de janeiro de 2007 a dezembro de 2007. É graduado em Engenharia Eletrônica pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC – USP), mestre em Ciências pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e MBA em Controladoria e Finanças pela USP – Ribeirão Preto.

Tiago de Britto Ribeiro Alves Caseiro - 000.000.000-00

Administrador Executivo da Ascendi Group desde 2007, sendo responsável pela actividade da Empresa na América Latina. Administrador da ESconcessões. Integra os quadros do Grupo Banco Espírito Santo há 10 anos. É licenciado em Engenharia e Gestão Industrial pelo Instituto Superior Técnico, Lisboa, Portugal e obteve o mestrado em Política, Economia e Gestão Internacional pela Universidade Aoyama Gakuin (Tóquio – Japão).

Augusto José de Melo Faria de Barros - 000.000.000-00

-Longa experiência no setor de construção, particularmente nas áreas rodoviária, estruturas e dragagens sendo Administrador da Ascendi SGPS, AS desde 2008; Administrador da Mota-Engil Concessões de Transportes de 2003 a 2008; Administrador da Mota-Engil Internacional de 2000 a 2003; Licenciado em Engenharia Civil Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Silmar Roberto Bertin - 015.751.668-79

-Brasileiro, portador do CPF nº 015.751.668-79. Silmar, ao lado de seus irmãos, foi um dos fundadores do Grupo Bertin há mais de 30 anos na cidade de Lins, interior de São Paulo. O Grupo Bertin iniciou suas atividades no segmento de agroindústria e a partir de 2003, expandiu suas operações para os setores de infraestrutura e energia.

Sérgio Ray Santillan - 000.000.000-00

Graduado em Engenharia pela Universidade Nacional de Córdoba -. Argentina, com pós-graduação em Engenharia Espacial pela Politécnico di Milano-IT e MBA em Administração de Empresas pela USP. Sergio tem uma vasta experiência no desenvolvimento de novas empresas, projetos estratégicos de tecnologia e no negócio de concessão de rodovias na Argentina, Uruguai e Brasil. Desde 1998 vem trabalhando no segmento de concessões rodoviárias e atuou como Diretor Operacional da Vianorte 1998-2006. Foi presidente da BRVias 2006-2009 e manteve a mesma posição na Via Bahia a partir de 2009 até 2011. Sergio juntou-se ao CIBE Participações em fevereiro de 2011 como CEO.

Natalino Bertin - 250.015.238-34

-Brasileiro, portador do CPF nº 250.015.238-34. Natalino, ao lado de seus irmãos, foi um dos fundadores do Grupo Bertin há mais de 30 anos na cidade de Lins, interior de São Paulo. O Grupo Bertin iniciou suas atividades no segmento de agroindústria e a partir de 2003, expandiu suas operações para os setores de infraestrutura e energia.

Pedro Rache - 855.750.037-87

Larga experiência no setor de construção civil e concessões de serviços públicos, atualmente é Diretor da Contern Construções e Comércio LTDA, assumindo o cargo em 2005. Anteriormente foi Diretor de Operações da Concessionária de Rodovias do Oeste – VIAOESTE e Superintendente e Gerente de Contrato da Carioca Christiani Nilsen Engenharia. É formado em Engenharia Civil com pós-graduação em Gerenciamento de Empreendimentos pela Universidade Federal Fluminense.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem comitês

12.11. Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.12. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

A Companhia entende que todas as informações relevantes referentes a este item foram divulgadas na forma acima, considerando que diversas informações são de apresentação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.12 - Outras informações relevantes

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:**a) objetivos da política ou prática de remuneração**

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b) composição da remuneração, indicando: i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; iv) razões que justificam a composição da remuneração

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	2,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	691.225,00		691.225,00
Benefícios direto e indireto	0,00	47.615,00		47.615,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	396.062,00		396.062,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	1.134.902,00		1.134.902,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	2,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	196.000,00		196.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	12.527,00		12.527,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	208.527,00		208.527,00

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

Nº de membros
Valor da maior remuneração(Reais)
Valor da menor remuneração(Reais)
Valor médio da remuneração(Reais)

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.13 Em relação ao último exercício social, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos seus acionistas controladores, diretos e indiretos.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.15 Em relação ao último exercício social, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima, considerando que diversas informações são de apresentação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.16 - Outras informações relevantes

14.1 Descrever os recursos humanos da Companhia, fornecendo as seguintes informações:

a) Número de empregados

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b) número de terceirizados

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c) índice de rotatividade

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados da Companhia, informando:

- a) política de salários e remuneração variável

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

- b) política de benefícios

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

14.4 Descrever as relações entre a Companhia e sindicatos.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
CIBE Investimentos e Participações S.A.						
10.405.940/0001-14	Brasileira	Sim	Não	16/12/2011		
	11.178.923.797	50,000000%	0	0,000000%	11.178.923.797	50,000000%
Ascendi International Holding B.V.						
14.382.914/0001-79	Holandesa	Sim	Não	16/12/2011		
	11.178.923.797	50,000000%	0	0,000000%	11.178.923.797	50,000000%
OUTROS						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	22.357.847.594	100,000000%	0	0,000000%	22.357.847.594	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Ascendi International Holding B.V.				14.382.914/0001-79		
Ascendi Group SGPS, S.A.						
	Portuguesa	Não	Não	01/01/1900		
900	100,000000	0	0,000000	900	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
900	100,000000	0	0,000000	900	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CIBE Investimentos e Participações S.A.				10.405.940/0001-14	
CIBE Participações e Empreendimentos S.A.					
09.376.519/0001-43	Brasileira	Não	Não	01/01/1900	
408.138.788	99,999999	0	0,000000	408.138.788	99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000001	0	0,000000	0	0,000001
TOTAL	408.138.788	100,000000	0	0,000000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Ascendi Group SGPS, S.A.						
ESConcessões, SGPS, S.A.						
	Portuguesa	Não	Não	01/01/1900		
6.666.666	40,000000	0	0,000000	6.666.666	40,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Mota Engil, SGPS S.A.						
	Portuguesa	Não	Não	01/01/1900		
10.000.000	60,000000	0	0,000000	10.000.000	60,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	16.666.666	100,000000	0	0,000000	16.666.666	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CIBE Participações e Empreendimentos S.A.				09.376.519/0001-43	
Heber Participações S.A.					
01.523.814/0001-73	Brasileira	Não	Não	01/01/1900	
588.879.586	99,999999	0	0,000000	588.879.586	99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000001	0	0,000000	0	0,000001
TOTAL	588.879.586	100,000000	0	588.879.586	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Heber Participações S.A.				01.523.814/0001-73	
BERF Participações S/A					
07.463.851/0001-10	Brasileira	Não	Não	01/01/1900	
51.224.199	16,666666	0	0,000000	51.224.199	16,666666
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JBF Participações S/A					
09.420.237/0001-04	brasileira	Não	Não	01/01/1900	
51.224.199	16,666666	0	0,000000	51.224.199	16,666666
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JUFERB Participações S/A.					
09.352.199/0001-91	Brasileira	Não	Não	01/01/1900	
51.224.199	16,666666	0	0,000000	51.224.199	16,666666
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000004	0	0,000000	0	0,000004

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Heber Participações S.A.				01.523.814/0001-73	
Reivo participações Ltda.					
03.370.190/0001-27	brasileira	Não	Não	01/01/1900	
51.224.199	16,666666	0	0,000000	51.224.199	16,666666
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
SRB Participações S/A.					
09.352.093/0001-98	Brasileira	Não	Não	01/01/1900	
51.224.199	16,666666	0	0,000000	51.224.199	16,666666
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	307.345.194	100,000000	0	0,000000	307.345.194
Viamar Participações S/A					
09.352.086/0001-96	brasileira	Não	Não	01/01/1900	
51.224.199	16,666666	0	0,000000	51.224.199	16,666666
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mota Engil, SGPS S.A.						
Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.						
	Portuguesa	Não	Não	01/01/1900		
30.538.198	23,011170	0	0,000000	30.538.198	23,011170	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Antônio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota						
	Portuguesa	Não	Não			
5.257.005	3,913600	0	0,000000	5.257.005	3,913600	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos						
	Portuguesa	Não	Não			
3.675.066	2,769306	0	0,000000	3.675.066	2,769306	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles						
	Portuguesa	Não	Não			
4.231.630	3,188690	0	0,000000	4.231.630	3,188690	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mota Engil, SGPS S.A.						
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa						
	Portuguesa	Não	Não			
3.746.836	2,823387	0	0,000000	3.746.836	2,823387	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Mota Gestão e Participações SGPS, S.A.						
	Portuguesa	Não	Não	01/01/1900		
85.229.078	64,223400	0	0,000000	85.229.078	64,223400	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Outros						
		Não	Não			
29.300	0,070447	0	0,000000	29.300	0,070447	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	132.707.113	100,000000	0	0,000000	132.707.113	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ESConcessões, SGPS, S.A.					
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.					
Antônio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota					
	Portuguesa	Não	Não		
1.666	16,660000	0	0,000000	1.666	16,660000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos					
	Portuguesa	Não	Não		
1.078	10,780000	0	0,000000	1.078	10,780000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles					
	Portuguesa	Não	Não		
1.078	10,780000	0	0,000000	1.078	10,780000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa					
	Portuguesa	Não	Não		
1.078	10,780000	0	0,000000	1.078	10,780000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Algosi - Gestão de Participações Sociais, SGPS, S.A.						
Mota Gestão e Participações SGPS S.A.						
	Portuguesa	Não	Não	01/01/1900		
5.100	51,000000	0	0,000000	5.100	51,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	10.000	100,000000	0	0,000000	10.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BERF Participações S/A				07.463.851/0001-10	
Claudia M. Frare Bertin Paiva					
145.922.388-85	Brasileira	Não	Não		
63.094.503	8,240000	0	0,000000	63.094.503	8,240000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fernando H. Frare Bertin					
215.489.758-42	Brasileira	Não	Não		
63.094.503	8,240000	0	0,000000	63.094.503	8,240000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Juracy Frare Bertin					
061.826.398-57	brasileira	Não	Não		
576.301.713	75,280000	0	0,000000	576.301.713	75,280000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Mario H. Frare Bertin					
174.079.598-97	Brasileira	Não	Não		
63.094.502	8,240000	0	0,000000	63.094.502	8,240000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BERF Participações S/A				07.463.851/0001-10	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
765.585.221	100,000000	0	0,000000	765.585.221	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JBF Participações S/A				09.420.237/0001-04	
João Bertin Filho					
711.616.358-15	Brasileira	Não	Não		
765.582.220	99,999999	0	0,000000	765.582.220	99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000001	0	0,000000	0	0,000001
TOTAL	765.582.220	100,000000	0	0,000000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JUFERB Participações S/A.				09.352.199/0001-91	
Natalino Bertin					
250.015.238-34	Brasileira	Não	Não		
765.582.221	99,999999	0	0,000000	765.582.221	99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000001	0	0,000000	0	0,000001
TOTAL	765.582.221	100,000000	0	0,000000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mota Gestão e Participações SGPS, S.A.						
Antonio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota						
	Portuguesa	Não	Não			
517.500	8,625000	0	0,000000	517.500	8,625000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.						
	Portuguesa	Não	Não	01/01/1900		
4.200.000.000	70,000000	0	0,000000	4.200.000.000	70,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos						
	Portuguesa	Não	Não			
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles						
	Portuguesa	Não	Não			
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mota Gestão e Participações SGPS, S.A.					
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
4.201.800.000	100,000000	0	0,000000	4.201.800.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Reivo participações Ltda.				03.370.190/0001-27	
Giovani Prado bertin					
117.869.098-98	Brasileira	Não	Não		
10.180.301	22,000000	10.180.301	0,000000	20.360.602	22,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Reinaldo Bertin					
269.958.678-15	Brasileira	Não	Não		
5.928.170	12,000000	5.928.170	0,000000	11.856.340	12,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Renato prado Bertin					
117.868.838-05	Brasileira	Não	Não		
10.180.301	22,000000	10.180.301	0,000000	20.360.602	22,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Reivo participações Ltda.				03.370.190/0001-27	
Roberta Bertin Barros					
117.868.978-65	Brasileira	Não	Não		
10.180.300	22,000000	10.180.300	0,000000	20.360.600	22,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Rubia Bertin Diniz Junqueira					
117.868.988-37	brasileira	Não	Não		
10.180.300	22,000000	10.180.300	0,000000	20.360.600	22,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
46.649.372	100,000000	46.649.372	0,000000	93.298.744	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SRB Participações S/A.				09.352.093/0001-98	
OUTROS					
0	0,000001	0	0,000000	0	0,000001
Silmar Roberto Bertin					
015.751.668-79	Brasileira	Não	Não		
765.582.222	99,999999	0	0,000000	765.582.222	99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
765.582.222	100,000000	0	0,000000	765.582.222	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Viamar Participações S/A				09.352.086/0001-96	
Fernando Antonio Bertin					
001.854.238-76	Brasileira	Não	Não		
765.582.220	99,999999	0	0,000000	765.582.220	99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000001	0	0,000000	0	0,000001
TOTAL	765.582.220	100,000000	0	0,000000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.					
Antonio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota					
	Portuguesa	Não	Não		
19.115	38,230000	0	0,000000	19.115	38,230000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meirelles					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.					
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
50.000	100,000000	0	0,000000	50.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mota Gestão e Participações SGPS S.A.					
Antônio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota					
	Portuguesa	Não	Não		
517.500	8,625000	0	0,000000	517.500	8,625000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.					
	Portuguesa	Não	Não	01/01/1900	
4.200.000	70,000000	0	0,000000	4.200.000	70,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Mota Gestão e Participações SGPS S.A.					
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa					
	Portuguesa	Não	Não		
427.500	7,125000	0	0,000000	427.500	7,125000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	6.000.000	100,000000	0	6.000.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.					
Antônio Manuel Queirós Vasconcelos da Mota					
	Portuguesa	Não	Não		
19.115	38,230000	0	0,000000	19.115	38,230000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa					
	Portuguesa	Não	Não		
10.295	20,590000	0	0,000000	10.295	20,590000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FM Sociedade de Controlo SGPS S.A.					
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
50.000	100,000000	0	0,000000	50.000	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	13/07/2010
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	12
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 Organograma dos acionistas

15.4. Caso a Companhia deseje, inserir organograma dos acionistas da Companhia, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou de qualquer acordo de acionistas do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia, indicar: (a) partes, (b) data de celebração, (c) prazo de vigência, (d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle, (e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, (f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las e (g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

15.7 Outras informações relevantes

15.7. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

A Companhia entende que todas as informações relevantes com relação ao controle da Companhia foram exauridas nos itens acima, considerando que diversas informações são de apresentação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

16.1 Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam do assunto.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CIBE Investimentos e Participações S.A.	25/07/2010	16.450.000,00	R\$ 19.097.500	0	17 meses	SIM	0,500000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	-						
Rescisão ou extinção	Quitação antecipada por concordância das partes						
Natureza e razão para a operação							
Ascendi International Holding B.V.	25/07/2010	16.450.000,00	R\$ 19.097.500	0	17 meses	SIM	0,500000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	-						
Rescisão ou extinção	Quitação antecipada por concordância das partes						
Natureza e razão para a operação							

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

A Companhia adota práticas exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação da Assembleia Geral, conforme regras previstas no Estatuto Social da Companhia.

As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas, em especial aquelas previstas no item 16.2, seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Subscrito				
31/12/2011	223.578.475,95	Indeterminado	22.357.847.595	0	22.357.847.595

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
16/04/2009	Assembleia Geral Extraordinária	16/04/2009	47.262.000,00	Subscrição particular	47.262.000	0	47.262.000	0,00000001	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								
26/05/2009	Assembleia Geral Extraordinária	26/05/2009	15.150.254,00	Subscrição particular	15.150.254	0	15.150.254	32,10000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								
26/06/2009	Assembleia Geral Extraordinária	26/06/2009	18.615.902,00	Subscrição particular	18.615.902	0	18.615.902	29,80000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								
28/07/2009	Assembleia Geral Extraordinária	28/07/2009	25.742.188,00	Subscrição particular	25.742.188	0	25.742.188	31,80000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								
27/08/2009	Assembleia Geral Extraordinária	27/08/2009	19.157.132,00	Subscrição particular	19.157.132	0	19.157.132	17,90000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								
25/09/2009	Assembleia Geral Extraordinária	25/09/2009	34.750.000,00	Subscrição particular	34.750.000	0	34.750.000	27,60000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/10/2009	Assembleia Geral Extraordinária	27/10/2009	8.500.000,00	Subscrição particular	8.500.000	0	8.500.000	5,30000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								
13/11/2009	Assembleia Geral Extraordinária	13/11/2009	16.001.000,00	Subscrição particular	16.001.000	0	16.001.000	9,50000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								
30/01/2010	Assembleia Geral Extraordinária	30/01/2010	1.750.000,00	Subscrição particular	175.000.000	0	175.000.000	0,09000000	0,01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								
25/02/2010	Assembleia Geral Extraordinária	25/02/2010	7.238.000,00	Subscrição particular	723.800.000	0	723.800.000	3,90000000	0,01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								
29/03/2010	Assembleia Geral Extraordinária	29/03/2010	2.512.000,00	Subscrição particular	251.200.000	0	251.200.000	1,30000000	0,01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								
28/04/2010	Assembleia Geral Extraordinária	28/04/2010	5.500.000,00	Subscrição particular	550.000.000	0	550.000.000	2,80000000	0,01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/05/2010	Assembleia Geral Extraordinária	26/05/2010	11.900.000,00	Subscrição particular	1.190.000.000	0	1.190.000.000	5,90000000	0,01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								

28/06/2010	Assembleia Geral Extraordinária	28/06/2010	9.500.000,00	Subscrição particular	950.000.000	0	950.000.000	4,40000000	0,01	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Valor Patrimonial								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
22/08/2011	22/08/2011	16.421.524,00	1.642.152.405	0	1.642.152.405	0,00000000	0,00

Forma de restituição

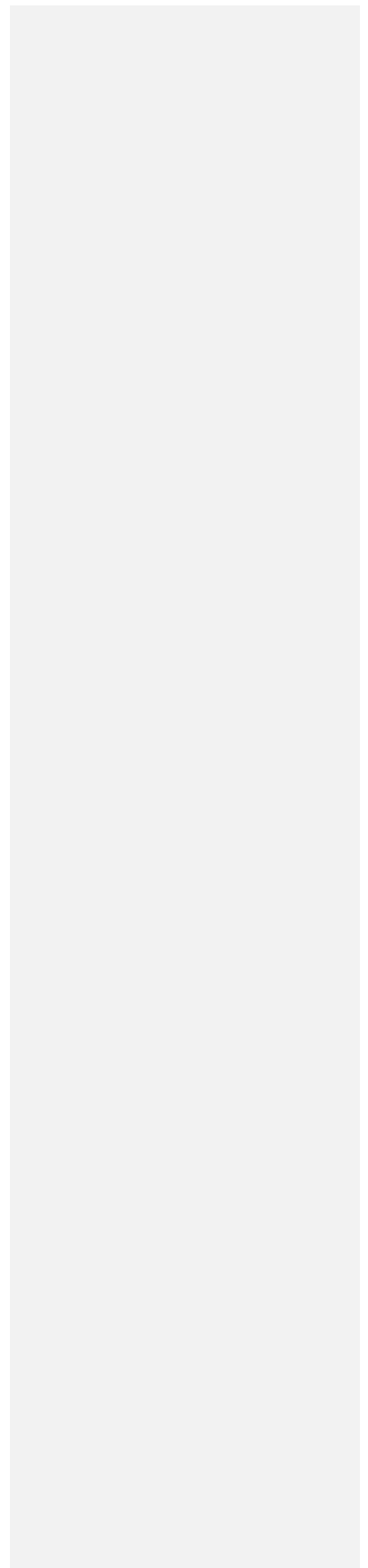
A redução do capital social da Companhia se refere apenas ao capital subscrito e não integralizado, tendo em vista ser este excessivo. Deste modo, não houve restituição aos acionistas.

Razão para redução

Capital excessivo

17.5. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes com relação ao capital social da companhia foram exauridas nos itens acima, considerando que diversas informações são de apresentação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.



18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Título de Investimento Coletivo
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão Pública, com Esforços Restritos, de Notas Promissórias Comerciais
Data de emissão	23/12/2010
Data de vencimento	21/06/2011
Quantidade (Unidades)	135
Valor total (Reais)	450.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas promissórias comerciais somente puderam ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	Em 23 de dezembro de 2010, a Companhia emitiu, com esforços restritos de colocação, em três séries, 135 notas promissórias comerciais nominativas, com valor nominal unitário de R\$5.000.000 (cinco milhões de reais) para cada nota promissória comercial da Primeira Série, de R\$1.000.000 (um milhão de reais) para cada nota promissória comercial da Segunda Série e de R\$4.000.000 (quatro milhões de reais) para cada nota promissória comercial da Terceira Série, totalizando R\$450.000.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), amortizadas 180 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais foram emitidas fisicamente sob a forma nominativa e depositadas perante o Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de banco mandatário, e contaram com (i) aval da Heber, Leão & Leão e Ascendi para as notas promissórias comerciais da Primeira Série, Segunda Série e Terceira Série, respectivamente; (ii) entrega emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão. Elas foram registradas para negociação no CETIP21.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Dentre as hipóteses de vencimento antecipado previstos nas notas promissórias comerciais constam as geralmente incluídas em operação desta natureza, tais como: (a) inadimplência da Companhia com referência às obrigações assumidas nas notas promissórias comerciais; (b) dissolução ou liquidação da Companhia; e (c) decretação de falência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão Pública, com Esforços Restritos, de Notas Promissórias Comerciais
Data de emissão	20/06/2011
Data de vencimento	17/12/2011
Quantidade (Unidades)	135
Valor total (Reais)	484.200.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas promissórias comerciais somente poderão ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Características dos valores mobiliários	Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu, com esforços restritos de colocação, em três séries, 135 notas promissórias comerciais nominativas, com valor nominal unitário de R\$5.380.000 (cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais) para cada nota promissória comercial da Primeira Série, de R\$1.076.000 (um milhão e setenta e seis mil reais) para cada nota promissória comercial da Segunda Série e de R\$4.304.000 (quatro milhões, trezentos e quatro mil reais) para cada nota promissória comercial da Terceira Série, totalizando R\$484.200.000 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões e duzentos mil reais), amortizadas 180 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais foram emitidas fisicamente sob a forma nominativa e depositadas perante o Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de banco mandatário, e contam com (i) aval da Heber, Leão & Leão e Ascendi para as notas promissórias comerciais da Primeira Série, Segunda Série e Terceira Série, respectivamente; (ii) liberação emitida pela Companhia, com aval da Ascendi; (iii) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia; e (iv) cessão fiduciária dos direitos da Companhia emergentes da Concessão. Elas foram registradas para negociação no CETIP21.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Dentre as hipóteses de vencimento antecipado previstos nas notas promissórias comerciais constam as geralmente incluídas em operação desta natureza, tais como: (a) inadimplência da Companhia com referência às obrigações assumidas nas notas promissórias comerciais; (b) dissolução ou liquidação da Companhia; e (c) decretação de falência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia.
<hr/>	
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão Pública, com Esforços Restritos, de Notas Promissórias Comerciais
Data de emissão	16/12/2011
Data de vencimento	16/06/2012
Quantidade (Unidades)	135
Valor total (Reais)	484.200.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas promissórias comerciais somente poderão ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia emitiu, com esforços restritos de colocação, em três séries, 135 notas promissórias comerciais nominativas, com valor nominal unitário de R\$5.380.000,00 (cinco milhões, trezentos e oitenta mil reais) para cada nota promissória comercial da Primeira Série, de R\$1.076.000,00 (um milhão e setenta e seis mil reais) para cada nota promissória comercial da Segunda Série e de R\$4.304.000,00 (quatro milhões, trezentos e quatro mil reais) para cada nota promissória comercial da Terceira Série, totalizando R\$484.200.000,00 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões e duzentos mil reais), amortizadas 180 dias contados da data de emissão. As notas promissórias comerciais somente poderão ser negociadas no CETIP21 depois de decorridos 90 dias da data de emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Dentre as hipóteses de vencimento antecipado previstos nas notas promissórias comerciais constam as geralmente incluídas em operação desta natureza, tais como: (a) inadimplência da Companhia com referência às obrigações assumidas nas notas promissórias comerciais; (b) dissolução ou liquidação da Companhia; e (c) decretação de falência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia.
<hr/>	

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

As notas promissórias comerciais de emissão da Companhia somente são admitidas à negociação por meio do CETIP21.

18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros: (a) país; (b) mercado; (c) entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; (d) data de admissão à negociação; (e) se houver, indicar o segmento de negociação; (f) data de início de listagem no segmento de negociação; (g) percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; (h) se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; (i) se houver, banco depositário; e (j) se houver, instituição custodiante.

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia, nos três últimos exercícios sociais

Para fins deste item 18.8, vide seção 18.5 acima deste Formulário de Referência.

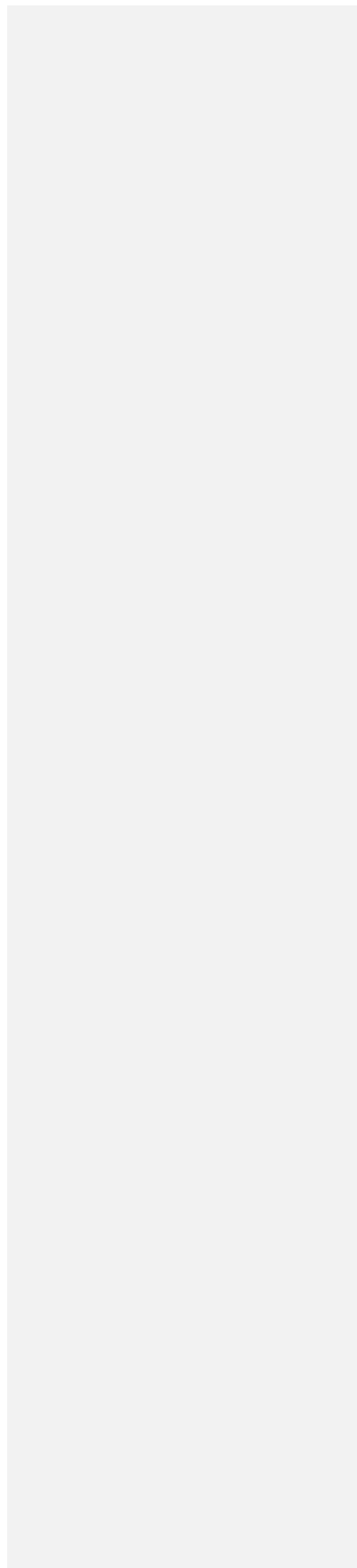
18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes com relação a valores mobiliários foram exauridas nos itens acima, considerando que diversas informações são de apresentação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.



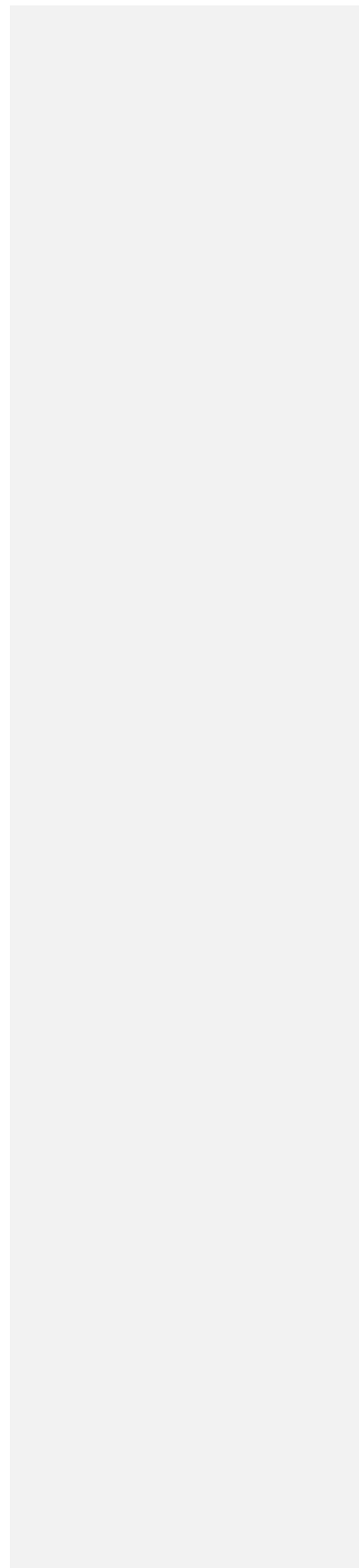
19.4. Outras informações relevantes

O Contrato de Concessão estipula que a Companhia não pode, durante todo o prazo da Concessão, adquirir as suas próprias ações sem prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes com relação a valores mobiliários foram exauridas nos itens acima, considerando que diversas informações são de apresentação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.



21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Devemos atender às exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM.

Nos termos da legislação brasileira sobre valores mobiliários, a Companhia deve divulgar qualquer acontecimento relevante relacionado aos seus negócios à CVM e aos respectivos mercados organizados de valores mobiliários. A Companhia deve ainda publicar na imprensa aviso de tais acontecimentos relevantes. Um fato será relevante se puder causar impacto ponderável sobre o preço dos valores mobiliários da Companhia, a decisão dos investidores de negociar valores mobiliários da Companhia ou a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos como titulares de quaisquer dos valores mobiliários da Companhia. Em circunstâncias especiais de proteção de interesse legítimo da Companhia, a mesma poderá apresentar à CVM pedido de tratamento confidencial dos fatos relevantes.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

De acordo com a regulamentação aplicável, devemos fornecer à CVM e aos respectivos mercados organizados de valores mobiliários determinadas informações (i) periódicas, que incluem este Formulário de Referência, o Formulário Cadastral, as informações trimestrais, os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes, editais de convocação e atas de Assembléias Gerais Ordinárias e (ii) eventuais, tais como aviso aos acionistas, editais de convocação e atas de Assembléias Gerais Extraordinárias, fatos relevantes, acordos de acionistas, entre outros.

Normas, regimentos e procedimentos internos

A Companhia ainda não constituiu outros mecanismos internos referentes a divulgação de informações além de sua Política de Divulgação (conforme abaixo definida).

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Companhia possui uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Manutenção de Sigilo de Informações Relevantes ("Política de Divulgação"), nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada. A política da Companhia, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de agosto de 2011, é destinada aos seus acionistas controladores, administradores, membros do Conselho Fiscal, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, empregados da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição, ou circunstancialmente, tenham acesso a Informações Relevantes, a quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nos acionistas controladores, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha acesso ou conhecimento de informações relevantes, prestadores de serviços e qualquer pessoa que tenha aderido expressamente à Política de Divulgação (as "Pessoas Vinculadas"). Essa política estabelece regras de sigilo e confidencialidade, procedimentos relativos à manutenção de sigilo, bem como atribui responsabilidade direta e subsidiária pela divulgação de fato relevante ao Diretor de Relações com Investidores e aos destinatários que tenham conhecimento pessoal de fato relevante, respectivamente.

A íntegra da política de divulgação desta Companhia encontra-se disponível na Internet no endereço <http://www.rodoviasdotiete.com.br/ri>.

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

(A) Condições Gerais

Nos termos das normas aplicáveis, a Companhia possui sua própria Política de Divulgação de Informações, conforme aprovada na reunião do seu Conselho de Administração realizada em 27 de Julho de 2011, que disciplina, dentre outros temas, a divulgação de qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos Valores Mobiliários, (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários, ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários ("Informações Relevantes") e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Estão vinculados à Política de Divulgação de Informações da Companhia seus acionistas controladores, diretos e indiretos, e as pessoas por eles indicadas para acessar informações da Companhia, membros do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal (se houver) e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados, sociedades controladas e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação de Informações.

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável por esclarecer quaisquer dúvidas a respeito das disposições da Política de Divulgação de Informações, da regulamentação aplicável editada pela CVM e/ou sobre a necessidade de se divulgar ou não determinada informação ao público.

A) Deveres do Diretor de Relações com Investidores

São responsabilidades do Diretor de Relação com Investidores da Companhia:

(i) divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante;

(ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha Valores Mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos. Ademais, a Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio publicado nos jornais utilizados pela Companhia. Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relação com Investidores. Se esta não o fizer em 03 (três) dias, ficará obrigada de comunicar tal informação diretamente à CVM.

As Informações Relevantes deverão, preferencialmente, ser divulgadas fora do horário de funcionamento das Bolsas de Valores.

B) Exceção à Imediata Divulgação de Informação Relevante

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Nesses casos, a Companhia poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de tal Informação Relevante.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento, e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relação com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

C) Dever de Guardar Sigilo Acerca de Informação Relevante

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informações devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, a que tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

As pessoas vinculadas à Política de Divulgação de Informações não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos, nem tratar das Informações Relevantes com aqueles que não tenham necessidade de conhecê-las.

Quaisquer violações da Política de Divulgação de Informações verificadas pelas pessoas a ela submetidas deverão ser comunicadas imediatamente ao Diretor de Relação com Investidores.

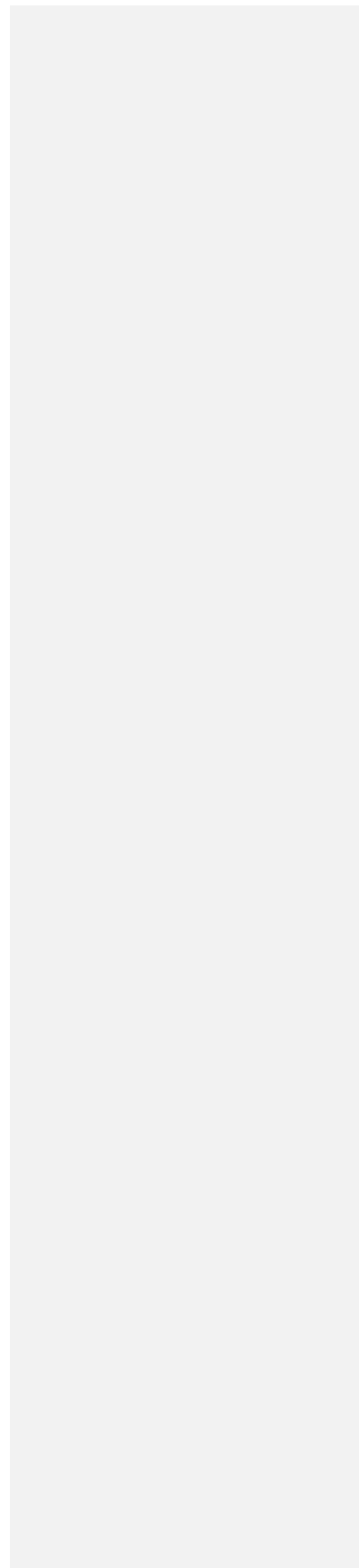
D) Obrigação de Indenizar

As pessoas submetidas à Política de Divulgação de Informações responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante desta se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou outras pessoas a esta submetidas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou outras pessoas submetidas à Política de Divulgação de Informações venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, desse descumprimento.

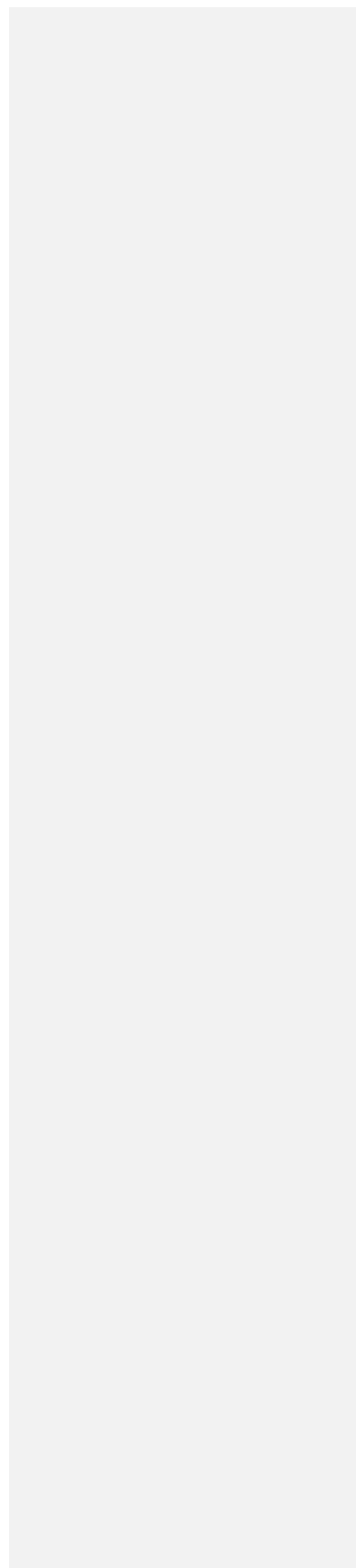
21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes com relação a valores mobiliários foram exauridas nos itens acima.



21.4 - Outras informações relevantes



22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Não houve aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios.

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes com relação a negócios extraordinários foram exauridas nos itens acima.

